

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS  
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

22 DE MARÇO DE 2010

12.<sup>a</sup> REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

*AUDIÇÃO DO SR. ENG.º ÂNGELO PAUPÉRIO, PRESIDENTE DO CA DA SONAECOM –  
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SA.*

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo)

**Oradores:**

Miguel Tiago (PCP)

Jorge Costa (PSD)

Ramos Preto (PS)

Pedro Filipe Soares (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Luís Gonelha (PS)

O Sr. Presidente (Miguel Macedo): - Srs. Deputados, estamos em condições de iniciar a nossa reunião.

*Eram 15 horas e 10 minutos.*

Srs. Deputados, hoje vamos receber o Sr. Eng.º Ângelo Paupério, Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom - Serviços de Comunicações SA, e, no final da adição, teremos a apreciação e votação de dois requerimentos apresentados pelo PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Sr. Presidente, queria apenas perguntar se há algum inconveniente em deixarmos os requerimentos apresentados pelo PCP para a nossa próxima reunião.

O Sr. Presidente: - Por mim, não há nenhum inconveniente. Temos reunião amanhã, às 15 horas, pelo que, se não houver oposição de nenhum dos Srs. Deputados, fica adiado este ponto para amanhã.

*Pausa.*

Fica, então, adiada este ponto para a nossa reunião de amanhã.

Vamos começar a nossa audição.

Dou as boas vindas ao Sr. Eng.º Ângelo Paupério, agradecendo-lhe a colaboração que dá a esta Comissão de Inquérito.

Queria, antes de mais, sublinhar duas questões. O Sr. Eng.º esteve, como é público, há pouco tempo, na Comissão de Ética por causa de outras matérias, mas esta é uma Comissão diferente. Esta é uma Comissão

Parlamentar de Inquérito. Tem, como o Sr. Eng.º bem sabe, do ponto de vista legal, poderes diferentes das outras comissões e também deveres a que todos estamos vinculados, quer os Deputados quer quem aqui vem prestar depoimento, designadamente porque segue, embora não de forma muito estrita, as regras do processo penal. Assim, os depoimentos prestados nesta Comissão estão vinculados ao juramento de dizer a verdade e de contribuir para o apuramento da verdade nas questões que têm a ver com o seu objecto, aprovado por resolução da Assembleia da República.

Como já tive oportunidade de dizer ao Sr. Eng.º, que declinou a possibilidade de fazer uma intervenção inicial sobre esta matéria, ao longo destas audições, que já são algumas, temos prosseguido com uma primeira ronda de questões, que são feitas pela ordem determinada por quem requereu a presença dos depoentes na Comissão de Inquérito. Neste caso, quem abre a sessão de perguntas é o PSD, depois o Sr. Eng.º terá oportunidade de responder, depois o PS e assim sucessivamente, percorrendo todos os partidos representados nesta Comissão de Inquérito. Só aqui não está o Partido Ecologista «Os Verdes».

Assim sendo e não havendo objecções, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa, para o primeiro conjunto de questões.

O Sr. Jorge Costa (PSD): - Sr. Presidente, Sr. Eng.º Ângelo Paupério, queria começar por lhe dar as boas vindas a esta Comissão.

De facto, esta Comissão de Inquérito visa apurar a forma como o Governo actuou no processo da constituição da Fundação para as Comunicações Móveis que, por sua vez, se relaciona também com as licenças UMTS.

Portanto, vamos elencar aqui um conjunto de questões que têm a ver, desde logo, com a licença UMTS, com o Fundo que se lhe sucedeu, com a Fundação e, finalmente, com os contratos e protocolos que foram

assinados.

Começando pelo UMTS, vemos nas actas do Grupo de Trabalho UMTS, que entretanto tinha sido criado, alguma dificuldade em fixar o valor das contrapartidas. Já pedimos, inclusive, que nos fossem fornecidos pelo Governo as licenças e os contratos. O único sítio onde verificámos a fixação deste montante foi no acordo assinado a 5 de Junho de 2007, dia em foi também constituído o FSI, e que fixa, no caso da Sonaecom, o montante das contrapartidas em cerca de 274 milhões de euros.

Pergunto-lhe, em primeiro lugar, como é que se explica esta dificuldade em fixar o montante global das contrapartidas. Elas não estavam quantificadas desde início, desde que foi atribuída a licença? Será por essa razão? Se não estavam quantificadas, não havia nenhum indicador nas propostas apresentadas ou nos elementos postos a concurso que permitisse concluir o montante? De facto, revela-se nas actas sucessivas referências à dificuldade em fixar esse montante.

Cronologicamente, o processo evoluiu para a constituição do Fundo para a Sociedade da Informação (FSI) em 5 de Junho de 2007. Os três operadores e o Governo decidiram constituir um fundo aberto que designaram de FSI. Nesse protocolo está definida a forma de contribuição: 20% 15 dias depois de assinado o protocolo, 40% a 90 dias e 40% a 180 dias. Pergunto se concretizaram estas entregas de capital, quando é que foram concretizadas, e, se não foram concretizadas, por que é que não foram concretizadas. Essa matéria também já foi aqui tratada com outras pessoas que foram ouvidas e há ainda alguma dúvida. A cláusula 5 desse protocolo refere a possibilidade de contribuições adicionais para o Fundo para a Sociedade de Informação. Pergunto-lhe também se houve contribuições adicionais para o Fundo para a Sociedade de Informação.

O processo evoluiu depois do Fundo para a constituição da Fundação. A primeira pergunta é onde é que era a sede da Fundação. Os

três operadores são fundadores da Fundação e pergunto onde era a sede, onde é que funcionava, onde é que reuniam. A Sonaecom tinha um representante no conselho geral, pelo que lhe pergunto onde eram as instalações. Também lhe pergunto de quem é que foi a iniciativa da constituição desta Fundação. Conhecemos uma carta do Secretário de Estado da Obras Públicas e Comunicações remetendo aos três operadores uma proposta de estatuto, uma proposta de constituição, definindo algumas regras inclusive do ponto de vista jurídico, mas há aqui alguma dúvida sobre de quem é a iniciativa: se foi dos operadores, como alguém já aqui veio dizer, ou se a origem está, de facto, nesta carta do Secretário de Estado.

Gostaria também de saber se considera natural que o Estado indicasse responsáveis pela gestão directa da Fundação mesmo não tendo capital na Fundação. A Fundação tem um conselho geral, tem um conselho de administração. O Estado não tem capital, o capital é dos operadores, mas é o Estado que administra. Isto é natural ou haverá alguma razão para isto ter acontecido desta forma?

Uma outra questão tem a ver com o período entre a constituição do Fundo e da Fundação, ou seja, entre 5 de Junho de 2007, que foi quando foi constituído o Fundo, e 11 de Setembro de 2008, que foi quando foi criada a Fundação. Portanto, estamos a falar deste período de 14 meses. Como é que funcionaram as relações entretanto, sobretudo no que tem a ver com os programas existentes, quer o e.escola quer o e.escolinha. Neste período, houve entrega de computadores, pelo que lhe pergunto como é que foram ressarcidos: foi o Fundo que pagou, já que não havia Fundação, ou foi o Governo que pagou directamente. O que é que aconteceu?

Já que estamos a falar em pagamentos, há uma questão que é comum a todos os protocolos. Os protocolos referem a necessidade de os operadores receberem antes do Estado, ou da Fundação ou do Fundo, antes

de pagarem aos fornecedores. Pela análise que fizemos dos mapas de conta corrente que solicitámos e que nos foram fornecidos pelos diversos operadores verifica-se que em quase todos os casos isso não aconteceu. O que lhe pergunto é se confirma que, de facto, não receberam antes de pagar aos fornecedores e se reclamaram juros por estes atrasos de pagamento na medida em que os protocolos expressamente dizem que o Estado ou a Fundação assumirá... Quando falo em Estado refiro-me ao Ministério das Obras Públicas, visto que há um protocolo que clarifica que o Ministério é subsidiária e solidariamente responsável por todas as dívidas e compromissos da Fundação. Portanto, estava a perguntar se reclamaram juros, na medida em que os protocolos permitem essa possibilidade.

Queria ainda saber qual é a dívida actual, porque há documentos que recebemos da Fundação que dizem que não há nenhuma dívida com o operador Sonaecom; o Presidente da Fundação, interrogado sobre esta matéria, referiu que, afinal, seria assim mas não à data de 31 de Dezembro; os papéis da conta corrente que recebemos da Sonaecom referem uma dívida de cerca de 7 milhões de euros somando os dois programas, o e.escola e o e.escolinha; entretanto, segundo um acordo assinado em 31 de Dezembro de 2009, receberam cerca de 16,5 milhões de euros ou pelo menos é dito nesse acordo que recebem na data da assinatura. Gostávamos de saber, de facto, qual é o estado das contas: quanto é que têm a receber ainda, nesta data, da Fundação e se têm alguma promessa de recebimento, porque sabemos que para a Fundação pagar é preciso transferir fundos do Ministério, da acção social escolar, de outra entidade. Há que saber que compromissos é que estão assumidos.

Ainda sobre a Fundação, os estatutos atribuem ao conselho geral, no qual a Sonaecom participa, competências para aprovar o programa anual de actividades e o orçamento e para aprovar o balanço e as contas anuais. Pergunto-lhe se foi aprovado o plano e orçamento para 2009, se foi

aprovado o plano e orçamento para 2010 - se foi, quando - e se foi aprovado o relatório e contas de 2008, já que não dispomos ainda das actas do conselho geral.

No que se refere aos protocolos assinados, há aqui algumas questões que nos são suscitadas.

Verificamos a existência de um protocolo de 30 de Março de 2008 referente ao e.escola destinado a beneficiários com necessidades especiais. Este protocolo diz, no seu ponto 2, que os preços a praticar na oferta aos beneficiários são idênticos em valor e condições aos praticados no programa e.escola. Ou seja, os beneficiários com necessidades especiais em 30 de Março de 2008 têm condições iguais ao e.escola (e refere várias vezes neste protocolo o e.escola). Ora, acontece que nesta data, a 30 de Março de 2008, não havia nenhum protocolo e.escola. O protocolo e.escola só veio a ser assinado em 24 de Abril de 2008, quase um mês depois. Pergunto como é que se explica que a Sonaecom tenha assinado um protocolo em 30 de Março de 2008 referindo outro protocolo que não existia.

Esse protocolo refere também que estes custos seriam pagos pelo Ministério da Educação. Pergunto-lhe se houve, de facto, algum pagamento por parte do Ministério da Educação relativamente a estes beneficiários com necessidade especiais ou se não vieram a ser definidos os meios informáticos a constar desta oferta e, portanto, não houve ninguém a beneficiar deste protocolo. Sinceramente, as nossas suspeitas são de que isto não passou de uma manobra de propaganda e que não houve ninguém a beneficiar deste protocolo.

Tempos ainda um contrato de 24 de Abril de 2008 relativo ao programa e.oportunidades e que retroage a 5 e Junho de 2007, quase um ano antes. Porquê? Gostaria de saber por que é que tudo isto está a retroagir e como é que foram as relações entretanto, já que, como disse há pouco,

deve ter havido de computadores e pagamentos.

O Sr. Presidente: - Só dispõe de mais 1 minuto, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Costa (PSD): - Vou terminar já, Sr. Presidente.

Este contrato prevê uma coisa curiosa: prevê a entrega em *cash* de 60 € por beneficiário. Ou seja, o beneficiário escolhe o computador, paga 150 €, o operador entrega esses 150 € directamente à Fundação (e, portanto, aqui podemos dizer que estamos perante dinheiro do beneficiário que passa pelo operador e que vem para a Fundação), mas, para além disso, por cada beneficiário o operador entrega 60 € em *cash* e mais 7,5 € por mês por cada beneficiário, o que, a multiplicar por 12 meses, dá 90 €. Ora, somando os 90 € e os 60 € iniciais, estamos a falar de 150 €, o que, a multiplicar por 420 000 computadores (falamos do programa e.escola, que é o que é referido), dá 63 milhões de euros. Ou seja, de acordo com estas contas, o operador Sonaecom terá entregue à Fundação em *cash* 63 milhões de euros. Pergunto qual é o destino desta verba e se, de facto, foi em *cash*. Porque há aqui uma grande dúvida relativamente à autorização de dinheiro público. O argumento que nos foi apresentado é que parte deste valor não terá sido em dinheiro, mas em contrapartida, mas aqui há, de facto, pagamento em *cash*.

Este contrato também tem um anexo 3 que define as características do equipamento informático e do *software* do programa e.escolas e pergunto quem é que definiu estas características. Receberam-nas já para o protocolo ou forem definidas em conjunto?

Finalmente, no programa e.escolinha, temos a mesma coisa. Temos um protocolo assinado a 16 de Abril de 2009, que aprova o regulamento, temos um contrato assinado a 9 de Fevereiro de 2009 e ambos retroagem a 30 de Agosto de 2008. Pergunto por que é que isto está a retroagir a 30 de Agosto de 2008, sendo que, nesta data, ainda nem havia Fundação.

Portanto, os contratos estão a retroagir a uma data anterior à existência de uma Fundação, como tendo essa Fundação compromissos e encargos para os quais ainda nem sequer estava constituída.

Não se percebe se estamos perante um imbróglio jurídico e há que perceber qual é a razão desta retroacção.

Finalmente, neste contrato e.escolinha, houve um pagamento da Sonaecom de 1000 mil euros como contributo inicial. Porquê? Já que isto não conta para as contrapartidas, qual é a razão da existência de um pagamento inicial de 100 mil euros e quem é que definiu as características do *Magalhães*?

Destes protocolos constam as características. Quem as definiu, quem escolheu a JC Sá Couto? Foi combinado entre todas as operadoras? Foi combinado com a Fundação? Foi combinado com o Governo? É estranho que todos tenham escolhido a mesma entidade para fornecer os computadores.

O Sr. Presidente: - Tem palavra o Sr. Eng.º Ângelo Paupério.

O Sr. Ângelo Paupério: - Peço desculpa pelo atraso. Tentei apanhar o máximo das questões, mas, se não as abordar devidamente, agradeço que mo informem para que as retome da forma que pretenderem.

A primeira questão que o Sr. Deputado colocou diz respeito ao valor das contrapartidas. No momento em que os operadores se candidataram a estas licenças, na sua proposta, apresentaram um conjunto de projectos com valor para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, e o compromisso da Sonaecom, no momento em que concorreu a essas licenças, era com um conjunto específico de projectos que estão alistados e que, de acordo com determinados pressupostos do funcionamento, foram valorizados aproximadamente na quantia que disse, isto é,

aproximadamente, 274 milhões de euros.

Confesso que, do nosso lado, nunca houve propriamente dificuldade em identificar esse valor, era um valor que constava da proposta, como valorização desses projectos, sendo certo, como disse, que o que assumimos foi o compromisso de desenvolver esses projectos ao longo do período que estava previsto para a licença.

Portanto, do nosso lado, não tenho qualquer dificuldade em explicar o valor, que, na perspectiva da Sonaecom, nunca esteve em dúvida.

Quando esse valor aparece, como referiu, numa acta do acordo, ou no acordo, penso que um dos objectivos era precisamente o do conhecimento, o do esclarecimento de todos e para que se pudesse trabalhar a partir desse valor. Foi aceite esse valor, que era o que tínhamos previsto, o que meramente constata a existência desse valor e atribui o acordo a que seja esse.

Quanto à constituição do Fundo, a forma de contribuição, se foi concretizado ou não, e quando, em consequência de um processo de atribuição de frequências adicionais aos três operadores, anteriormente atribuídas à Oniway, os operadores assumiram a responsabilidade de pagar um terço do valor correspondente a esse compromisso, que corresponderia a um valor de cerca de 8 milhões de euros por operador e, no que nos diz respeito, assim foi. Participámos na constituição desse Fundo, com a concretização desses montantes, em dinheiro ou em encontros de saldos, porque, em todo o momento, a Sonaecom, enquanto operadora, foi credora neste processo e, portanto, tinha saldos que lhe eram devidos e que foram utilizados para a constituição desse Fundo.

Penso que as datas constam dos documentos que foram entregues e não as tenho presentes especificamente. Penso que os pagamentos foram feitos em três momentos distintos e que foram totalmente realizados.

O Sr. Jorge Costa (PSD): - Sr. Presidente peço desculpa, mas a questão era saber se houve esse pagamento para o Fundo ou se só foi feito, depois, com a constituição da Fundação. É que há uma divergência com outras audições da comissão, pelo que era importante esclarecer se foi na fase do Fundo ou se foi na fase da Fundação. Gostaria de saber se o Fundo chegou a receber o dinheiro, ou não.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Eng.º Ângelo Paupério.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Confesso que não tenho presente a questão, não quero dar uma informação imprecisa sobre o tema, mas as datas são as que foram indicadas. Posso obviamente informar-me e, depois, esclarecer, mas neste momento não tenho.

Foi levantada outra questão. Na constituição do Fundo faz-se referência à possibilidade de contribuições adicionais. A possibilidade de contribuições estava contemplada. Penso que se referia a estes contributos que, mensalmente, depois, estes os operadores ficaram de atribuir e estes serão os montantes que são contribuições adicionais, sendo certo que essas contribuições foram feitas, portanto, esses montantes também o foram.

No caso concreto da Sonaecom, como nunca tivemos numa situação de saldo favorável à Sonaecom, foi sempre uma situação devedora, esses montantes foram sempre levados ao encontro de contas dos saldos que nos eram devidos.

O Sr. Deputado perguntou onde era a sede da Fundação. A Fundação tinha sede numa instalação que não definida pela Sonaecom, não fomos nós que a definimos.

Gostaria de prestar um esclarecimento, até porque me pergunta mais tarde como é que se compreende que a Sonaecom, sendo um dos fundadores, não está activo na gestão da Fundação e, sim, só com presença

no seu conselho geral.

Há uma questão importante: esta Fundação contou na sua constituição com os três operadores e assumiu um conjunto de responsabilidades resultantes de contratos existentes entre os operadores e as entidades oficiais. Ora, estes contratos não eram do conhecimento dos outros operadores. A Sonaecom não tinha conhecimento dos contratos estabelecidos com a Vodafone ou com a TMN e penso que o contrário se verificava.

Portanto, a gestão desta informação, que era resultante de um quadro negocial privado, específico de cada operador, não era compatível com o facto de serem os operadores a gerir esses contratos. Portanto, foi aceite que a gestão desse Fundo fosse feita por entidades não nomeadas pelos operadores, sendo que estes só tinham assento no conselho geral.

O Sr. Deputado perguntou-me de quem foi a iniciativa da Fundação. Houve um quadro negocial no momento. Penso que a Fundação é-nos proposta num momento em que... Não sei especificamente de quem surge a iniciativa. Sei que quando nos foi proposto foi no sentido de que seria o quadro mais adequado para o funcionamento deste tipo de acordo com o Governo, e a nossa postura é a de, não reconhecendo inconvenientes jurídicos, pelo menos por parte dos nossos apoios, tentar ir ao encontro do que é proposto.

Penso que, com o que disse, expliquei a minha leitura de por que é que é o Estado a administrar.

Refere, depois, que há um desfasamento entre o momento dos acordos e o dos contratos e, portanto, também entre os momentos da formalização destas negociações.

Confesso que a postura da Sonaecom foi sempre a de procurar ir ao encontro do que nos era solicitado, no quadro da proposta que nos foi feita de participar neste programa.

Portanto, o objectivo foi sempre o de procurar colaborar sem interpor os entraves de natureza jurídica, de funcionamento, porque acreditamos sempre que os acordos seriam cumpridos de alguma forma.

Portanto, provavelmente, facilita-se no que diz respeito ao processo de funcionamento no pressuposto de que o que estava acordado seria como tal transformado em contratos, o que, aliás, veio a acontecer.

Como é que funcionaram as relações neste período? Confesso que estas relações funcionam sempre com alguma tensão, porque, sendo processos em que a Sonaecom (os outros, não sei) era credora de verbas que tinham de ser regularizadas, no âmbito do que estava combinado, havia sempre a preocupação de que as coisas fossem feitas com o máximo de celeridade e que se saldassem, logo que possível, os saldos a nosso favor.

No entanto, foi o andar do processo que criou essa situação, que inclusivamente chegámos a questionar, de haver saldos importantes, embora achássemos que, até por razões comerciais, não devíamos estar a interromper a nossa participação no processo.

Confesso que há uma situação que tem de ser tida em consideração. É que, num processo em que estão envolvidos três operadores, e num quadro da enorme concorrencialidade que existe nestes mercados, qualquer atitude que gerasse um desgaste da imagem, da marca, uma falta de fornecimento que tivéssemos causado no âmbito deste processo, levaria a incómodos junto dos nossos clientes.

Portanto, de alguma forma também havia uma razão comercial para não sermos demasiado formalistas e termos deixado que a situação evoluísse, como evoluiu, sendo certo que se foi resolvendo, embora não totalmente.

Como disse, os protocolos referem a necessidade de se receber antes e pergunta-me se isso aconteceu. Há situações distintas: no Programa e.escola, como disse, houve aumento dos saldos, portanto, naturalmente,

não recebemos antes, como estava previsto; no caso do Programa e.escolinha já não se verificou isso, os pagamentos, no nosso caso, só foram feitos à medida que fomos recebendo da Fundação as verbas que tínhamos de pagar do e.escolinha. Portanto, houve situações distintas.

Pergunta-me se solicitámos juros. Não. Que eu tenha conhecimento, ainda não foi feito qualquer débito de juros, sem prejuízo de ser nosso entendimento que a regularização final das contas passa pelo reconhecimento dos juros que correspondem ao desfasamento das datas que estavam previstas em contrato. Portanto, é preciso apurar esses montantes e eles serão debitados logo que estejam clarificados os valores e o momento a partir do qual serão devidos.

Pergunta-me também qual a dívida actual. Não tenho presente qual foi o momento em que foi apresentado o encontro de contas, quando foi solicitado pela Assembleia, no entanto, em finais de Fevereiro, o montante em dívida à Sonaecom, como disse, sem juros, anda à volta dos 9 milhões de euros. Acredito que, hoje, esse valor já seja um bocadinho maior, porque o Programa ainda continua, mas, no final de Fevereiro, era esse o valor.

Penso que referiu que a Sonaecom dizia que a dívida era de 7 milhões. Seria, com certeza, essa a dívida, mas numa data diferente.

Pergunta-me, depois, qual é o estado das contas e se há promessa do recebimento. Para mim não se trata de promessa do recebimento, trata-se de acordos, de contratos, entre entidades de bem, portanto não ponho outra hipótese que não seja a de haver o total ressarcimento das responsabilidades que resultam dos contratos existentes.

Menciona o processo da constituição da Fundação e os poderes que são atribuídos, estatutariamente, aos membros fundadores da Fundação, nomeadamente a aprovação do plano e do orçamento, designadamente no caso de 2009 e 2010. Não tenho conhecimento de que os planos para 2009 ou para 2010 tenham sido aprovados.

É verdade que as coisas se atrasaram bastante no processo de constituição da Fundação e de estabelecimento dos mecanismos do seu funcionamento, por isso, quando se pôs a questão da aprovação do plano para 2009, já se estava numa fase avançada do ano e, portanto, isso não aconteceu. E, para 2010, ainda não tenho conhecimento de que tenha sido apresentado um plano.

Fez também referência à situação do protocolo que previa benefícios para os beneficiários com necessidades especiais, sendo que os preços seriam idênticos aos do e.escola, que só veio a ser assinado mais tarde. Como eu disse, nós aceitámos, pelas razões que procurei explicitar, sobretudo de natureza comercial para o operador, que algumas das formalizações ocorressem, embora no quadro do que foi negociado e do que foi combinado, em momentos diferentes, e isso, com certeza, explicará esta diferença.

Refere que esses custos seriam assumidos pelo Ministério da Educação. Admito que sim, embora eu não tenha conhecimento das verbas que entram no Fundo ou na Fundação e, portanto, não sei quem as pagou, embora esteja nesse acordo que elas seriam pagas pelo Ministério da Educação. Nós conhecíamos as verbas que a Fundação transfere para nós, mas não as que são transferidas para a Fundação e, portanto, não sei qual é a origem...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Entregas directas?!

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — Directas! Não tenho conhecimento de qualquer recebimento e estou quase certo de que não houve.

Também fez referência ao contrato de 2008, se não me engano de 24 de Abril, que retroage a 2007. Em relação a isso, a explicação é a mesma que dei anteriormente.

O Sr. Deputado também fez as contas sobre os fluxos da Sonaecom para a Fundação. Esses fluxos, pelas contas que fez — e eu confesso que, neste momento, não estou em condições de as confirmar ou não —, dariam uma entrega de montantes da ordem de 60 milhões de euros da Sonaecom à Fundação.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Em *cash*!

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — Em *cash*.

O que se passa é exactamente a mesma coisa que eu disse há pouco: como o saldo foi sempre credor, a Sonaecom nunca teve de entregar esse dinheiro, porque lhe deveram sempre mais, na medida em que avançou com dinheiro para compra dos computadores que entregou. Portanto, os montantes serão esses, são esses os que entram em saldos e são esses que são verificados e auditáveis pela Fundação. Como são encontros de contas, não há momentos em que a Sonaecom entrega esses montantes.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa. O importante aqui é confirmar que, para além das contrapartidas, há também um pagamento em *cash*, que deriva da leitura dos contratos! Basta isso! De resto, é, de facto, contra-corrente.

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — Sr. Deputado, quando refere «para além das contrapartidas» quer dizer «estes montantes são considerados nas contrapartidas», portanto, dos montantes que foram assumidos pelo acordo inicial.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sim! Mas há uma parte que é recebido dos beneficiários. O operador recebe dos beneficiários e entrega à

Fundação. E, para além disso, entrega também um montante em *cash*, que, evidentemente, é descontado nas contrapartidas, mas não é investimento na sociedade da informação, é uma entrega em dinheiro para a Fundação.

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — É uma entrega em dinheiro porque... Lembro apenas que, no momento em que foi feito este acordo, o operador Sonaecom comprometeu-se, das verbas associadas aos compromissos para a sociedade da informação, a afectar a este Programa um montante não superior a 115 ou 116 milhões de euros, por volta disso, e o montante que está afecto a este Programa é de 116 milhões de euros.

Quanto às características dos computadores que foram consideradas nestes programas, também me perguntou quem definiu essas características. As características constam dos cadernos de encargos e dos acordos que foram feitos. As características mínimas eram impostas e, depois, no caso do Programa e.escola, os operadores procuraram introduzir os computadores mais competitivos, os melhores que encontravam no mercado que satisfizessem as características mínimas e que pudessem ser mais apelativos para os seus clientes, com uma oferta mais alargada possível. No caso do e.escola foi o que aconteceu.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — E no caso de e.escolinha!

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — No caso do e.escolinha também havia um conjunto de características técnicas e não só que foram definidas e que constavam do programa que nos foi proposto.

Devo dizer que, pela pesquisa que foi feita na altura, havia outros computadores com as mesmas características técnicas, mas não encontrámos mais nenhum que satisfizesse todas as condições do caderno de encargos. Portanto, que satisfizesse todas essas condições, quer técnicas,

quer de prazos, quer de declarações, quer, sobretudo, de preço, só encontrámos aquele que foi utilizado no programa.

E isto, provavelmente, responde também à outra questão que me levantou, isto é, porque é que todos os operadores terão escolhido aquele. Pelos outros não sei responder, mas nós foi porque a pesquisa que fizemos não nos permitiu detectar outro que fosse possível.

Refere também que há um pagamento de 100 000 euros e pergunta-me porque é que o fizemos e porquê 100 000 euros. Confesso que as pretensões dos negociadores do Estado eram de montantes claramente superiores, no entanto a leitura que fizemos do interesse comercial para a Sonaecom da proposta que nos era feita não nos permitia verbas maiores.

Pela leitura que fizemos do caso concreto dos computadores para jovens a iniciar a sua vida escolar, em termos de utilização de banda larga, por se tratar de utilizadores muito activos ou haver um grande número a optar por soluções de banda larga, não nos pareceu que devêssemos apostar muito nesse grande número e preferimos que o programa, no nosso caso, fosse contribuir muito mais no momento em que acontecesse essa ligação à banda larga do que propriamente em contrapartidas iniciais.

Por outro lado também, é uma questão de gestão dos nossos dinheiros. Foi a proposta que conseguimos ver aprovada no quadro...

Como disse, não é bom, não é aceitável, para um operador, num mercado com esta concorrencialidade, estar de fora num processo deste e, portanto, queríamos estar e este foi o equilíbrio que conseguimos encontrar no processo negocial.

Peço desculpa, provavelmente terei saltado alguma pergunta, mas se o fiz, não foi de propósito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa, salvo erro, pelas minhas notas, o Sr. Eng.º respondeu a tudo. Houve apenas um ponto que,

com certeza, por distração minha, não ficou suficientemente claro, que diz respeito àquele período entre a criação do Fundo e a constituição da Fundação.

Em relação a este assunto, o Sr. Deputado Jorge Costa fez três perguntas consecutivas. Uma delas foi se nesse período houve entrega de computadores e, se houve entrega de computadores, quem pagou, se foi o Fundo ou o Governo. Julgo que esta questão em concreto não foi, pelo menos pareceu-me...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Entre 5 de Junho de 2007, data da constituição do Fundo e...

O Sr. **Presidente**: — Naqueles 14 meses que mediaram entre a instituição do Fundo e a criação da Fundação.

Julgo que apenas ficou essa questão por esclarecer, porque a todas outras o Sr. Eng.º respondeu.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — No seguimento de quem eram os interlocutores relativamente a este processo!

O Sr. **Presidente**: — Não sei se quer...

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, faça favor, Sr. Eng.º.

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — Com eu disse, no conjunto dos contributos que a Sonaecom tinha de fazer havia dois tipos de contributos: aqueles que, na execução do plano, correspondiam aos montantes que se

tinham de dar por beneficiário e por mês. É um tipo de contributo, sendo que havia outro, que era o da constituição do Fundo.

Como referi, fomos sempre credores, ou seja, à medida que foram sendo entregues os computadores os saldos ficaram imediatamente favoráveis ou credores para o lado da Sonaecom, quer os montantes que seriam para a constituição do Fundo (a parte que foi feita em encontro de contas), quer os montantes relativos às entregas mensais foram sempre deduzidos ao saldo. Portanto, realmente, não houve pagamentos nessa altura do Fundo à Sonaecom. Houve encontro de contas.

Quanto aos momentos dos pagamentos, esses são claros, porque foram fornecidos, mas não os sei de cor.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Eng.º.

Nos termos das regras que tínhamos fixado no início da Comissão de Inquérito, como o PCP e o CDS fizeram também pedidos desta audição, o primeiro a fazer esse pedido de audição, a seguir ao PSD, foi o PCP, pelo que tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago e depois o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Sr. Presidente, penso que houve uma reunião em que combinámos que o partido que requeria em primeiro lugar fazia a pergunta e que o Partido Socialista, como maior partido da Comissão, seria sempre o segundo. Foi o acordo que fizemos e o Sr. Deputado Jorge Costa pode confirmar este acordo feito entre os coordenadores e o Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, nesta Assembleia já é tão difícil haver acordos que não me atrevo sequer a pôr em causa aqueles que existem.

*Risos.*

Mas na primeira reunião que fizemos para organização dos trabalhos tinha ficado com a ideia de que quando havia pedidos de audição, esgotavam-se primeiro os pedidos dos partidos que tinham requerido essa audição (porque aconteceram várias situações dessas) e depois partíamos para os outros.

Mas, sendo assim, e tendo em conta esse acordo que refere, não tenho qualquer objecção. Portanto, nos termos desse acordo, tem então a palavra o Partido Socialista. É isso?

O Sr. Jorge Costa (PSD): — De facto, assim é. Combinámos também que, nos casos em que há mais do que um partido, dividimos.

O Sr. Presidente: — É este o acaso!

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Ou seja, o PS é sempre o segundo partido. Nos casos em que havia mais do que um partido a requerer audição, dividimos. Há uns casos em que é o PSD que começa e há outros em que é o PCP que começa, mas o PS é sempre o segundo partido.

O Sr. Presidente: — Muito bem. Até agora temos evitado perder tempo. Tem sido exemplar esta Comissão de Inquérito, por isso vamos evitar perder tempo.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Sr. Presidente, gostaria de referir que foi agora introduzida uma alteração às regras de funcionamento que tem sido usual nesta Comissão.

Passo a explicar. Quando foi a audição, por exemplo, do Eng.º Mário Lino, que tinha sido pedida pelo PSD e pelo Bloco de Esquerda, a regra seguida foi a de que o partido que pediu primeiro essa audição, que foi o PSD, dava início aos trabalhos e, a partir daí, os partidos subsequentes, sendo essa a ordem normal de funcionamento da Comissão.

Por isso, parece-me que se essa regra foi instituída na altura e toda a gente aceitou, porque tacitamente foi acordado por todos, deveria ser esta a regra a ser seguida também no resto dos trabalhos.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — É isso mesmo!

O Sr. Presidente: — Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, gostaria de referir que não é uma questão «de estados de alma», mas uma questão de apurar a matéria de facto. «Estados de alma» é o que muita gente anda para aí a dizer sem apurar a matéria de facto.

Na verdade, só estou preocupado em apurar a matéria de facto e penso que era o que deveria ser o escopo desta Comissão, no quadro do mandato que foi estabelecido pelo Plenário da Assembleia da República, que julgo que temos a obrigação de cumprir o melhor que sabemos e podemos.

Sr. Eng.º Ângelo Paupério, começo por dar-lhe as boas vindas, agradecendo o facto de estar aqui.

Sr. Eng.º, começo pela questão da Fundação para as Comunicações Móveis, porque o Sr. Deputado Jorge Costa perguntou-lhe quem é que tinha tido a iniciativa da constituição da Fundação e isto tem a ver um pouco com uma resposta que o Eng.º Mário Lino deu, pelo que gostaria que me confirmasse se isto é assim ou não.

Sabemos da leitura das actas do grupo de trabalho da UMTS, em que o Dr. Diogo Vasconcelos numa das reuniões fala na constituição de uma Fundação, incentivando os operadores a constituírem uma fundação. Aliás, os operadores também falam em constituição de fundações nas suas próprias propostas.

Ora, na sequência da revogação do acto de atribuição da licença da OniWay e conseqüente caducidade dessa licença, o Eng.º Mário Lino disse-nos que o então Ministro Carlos Tavares tinha sugerido que estes 25 milhões de euros, que o Sr. Eng.º Ângelo Paupério aqui referiu, fossem um património instituidor de uma fundação. Gostaria que me confirmasse se essa afirmação do Eng.º Mário Lino está correcta, se se lembra disso, se sabe, se não sabe dessa matéria.

Em segundo lugar, Sr. Eng.º, estive a ler as actas do comité de validação das contrapartidas (que o senhor também conhece) e, numa certa fase deste processo, que levou à fixação dos 931 milhões de euros (neste caso concreto, aos 274 milhões de euros da Sonaecom), foram também considerados pelo comité de validação das contrapartidas ou das ofertas para o desenvolvimento da sociedade da informação como estando já realizadas pelas três operadoras o montante de 173 milhões de euros. Não tenho aqui o desdobramento de cada uma das operadoras, mas obviamente que a Sonaecom também está incluída nestes 173 milhões de euros que foram considerados como tendo já realizados, pelo comité de validação.

A minha pergunta, Sr. Eng.º é quando é que a Sonaecom começou a fazer estas contribuições para a sociedade da informação? Sabemos que

houve um *delay* das licenças para 2003, mas sabemos também que começaram logo a fazer contribuições para o que nos termos das licenças e dos contratos se entendia serem contributos para a sociedade da informação. Por isso a minha pergunta é quando é que começaram a fazer essas contribuições, se foi logo em 2001, e se, em relação a essas contribuições (onde se incluem globalmente estes 173 milhões de euros), alguma vez as verbas que a vossa companhia alocou directamente, como se diz no despacho de 2001 (que podia ter sido feito através de uma terceira entidade, uma entidade a constituir, como diz também o despacho), necessitaram de algum concurso público.

Portanto, em resumo, as perguntas são: como realizaram essas contrapartidas? Houve algum concurso público? Alguma vez algum governo, quer dos governos do PS, até 2002, quer dos governos do PSD, até 2005, vos obrigou? Alguma vez vos disseram que em relação às licenças, às obrigações tinham de fazer um concurso público para as realizar?

Outra pergunta que lhe coloco, Sr. Eng.º é no sentido de saber se comprou computadores sem que estivessem definidas as características técnicas mínimas exigidas para o programa que contratualizaram para as iniciativas e.escola e e.escolinha.

Como aqui disse, é um homem muito experiente da vida empresarial e sabe das paragens e andamentos que necessariamente ocorrem. Aliás, quem tem experiência da vida empresarial compreende muito bem a sua afirmação. E a minha pergunta é se alguma vez comprou computadores, sem que estivessem definidas as características técnicas mínimas exigidas para o programa que foi depois contratado entre as três operadoras e o Governo.

Outra pergunta que lhe quero colocar, e que me parece importante para o objecto desta Comissão de Inquérito, é no sentido de saber quem é que canalizou os contributos para satisfazer as obrigações do Estado.

Como já há pouco referiu, temos os contratos e os programas e sabemos quais são as obrigações que decorrem para o Estado, nomeadamente as obrigações decorrentes da acção social escolar, porque havia crianças carenciadas que também se inscreviam para adquirir os computadores e os serviços (porque não estamos só a falar de computadores, também estamos a falar dos serviços), portanto, sabemos que a acção social escolar suportava a parte com que os familiares das crianças tinham de contribuir para a aquisição desse produto. A minha pergunta é quem é que canalizou os contributos para satisfazer essas obrigações do Estado? Que entidade foi? Foi só a Fundação para as Comunicações Móveis que canalizou essas verbas ou foi o Estado também que directamente canalizou para a Sonaecom? É que a indicação que tenho é que foi a Fundação, mas gostava de ouvir a sua opinião.

Depois, no que toca às divergências das contas — que é um tema de que o Sr. Deputado Jorge Costa muito gosta de falar (é a segunda ou terceira vez que fala na divergência das contas) —, gostaria de perguntar-lhe, Sr. Eng.º, se houve ou não um acerto de contas em 4 de Setembro de 2009 e se esse acerto de contas foi inteiramente liquidado. O Sr. Eng.º falou aqui em acerto e em juros. Sabemos o que é acerto de contas em linguagem empresarial, mas a minha pergunta é se esse acerto de contas a 4 de Setembro de 2009 foi ou não liquidado e se houve entretanto mais algum acerto de contas realizado. Não sei se já houve ou não. Gostaria de saber a sua opinião. Se não houve, haverá, mas gostaria de saber se houve, porque não tenho conhecimento dessa matéria.

Voltando à questão da Fundação, gostaria de saber qual foi a primeira entidade a propor a constituição da Fundação.

Gostaria ainda de saber se se lembra da questão que há pouco referi relativamente ao Sr. Eng.º Mário Lino.

No que toca ao Fundo, li os estatutos onde se diz que é um Fundo aberto, sem personalidade jurídica.

Ora, na sequência do acordo que fez convosco para a criação deste Fundo aberto, sem personalidade jurídica, o Governo instituiu uma comissão gestora que tinha por função estudar a melhor forma de juridicamente instituir o Fundo. Ou seja, confirma-se que esse fundo não tinha personalidade jurídica e, portanto, não tendo personalidade jurídica, não vejo como é que podiam transferir para uma entidade que não tinha personalidade jurídica, garantindo da vossa parte, a saída de 9 milhões de euros. Como o Sr. Eng.º disse, houve essa saída de 9 milhões de euros da Sonaecom, que tinha repercussões nas vossas contas, por isso tinha de haver uma justificação para esta saída. Ou seja, os senhores estão na Bolsa, portanto, tinham de justificar para onde tinham enviado 9 milhões de euros junto da CMVM e dos vossos auditores. Ora, se o Fundo não tinha personalidade jurídica, os senhores poderiam ser acusados de fraude ou de outra irregularidade grave.

Portanto, as perguntas são as seguintes: se confirma ou não que o Fundo não tinha personalidade jurídica, de onde decorre que não podia realizar esses 25 milhões de euros e na vossa parte os 9 milhões de euros, e se a solução da constituição da Fundação resolveu ou não este problema. Porque, aí sim, os senhores instituía uma Fundação, podiam dota-la e justificavam a saída no quadro da vossa proposta quando foram a concurso, em que se propunham criar uma Fundação (não era a vossa, mas era uma em conjunto), tinham um título, tinham legitimidade para o dotar e tinham legitimidade para fazer sair das vossas contas 9 milhões de euros, que não podem desaparecer assim de uma empresa. Por mais que sejam *peanuts* em relação à Sonaecom, atendendo à qualidade de gestão que é reconhecida ao

Eng.º Paupério e ao Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo, de certeza que não consideram que sejam *peanuts*, pelo que queriam ver essa verba bem justificada.

O Sr. Presidente: — Tem 1 minuto, Sr. Deputado.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Com certeza, Sr. Presidente.

Portanto, Sr. Eng.º, a minha pergunta é se estes 25 milhões de euros foram disponibilizados para o património da Fundação.

Quero ainda perguntar-lhe o seguinte: dado que o Eng.º Mário Lino nos disse que em 2003 foi estabelecido que os 265 milhões fossem afectos a uma fundação (que se chamava fundação da sociedade da informação, disse-nos ele aqui), o que é que aconteceu até 2008? Por que é que entre 2003 e 2008 o Estado entendia que os senhores deviam entregar 25 milhões de euros e esse montante não foi entregue? Há, da parte do PSD, a ideia de que houve gente que não tratou bem com os dinheiros públicos. Por isso, gostaria de saber se nos governos do PSD algum Ministro lhes disse «olhe, ponham aqui os 25 milhões de euros».

No que diz respeito à compra dos computadores, Sr. Eng.º, e na sequência das perguntas que lhe foram feitas pelo Sr. Deputado Jorge Costa, gostaria de perguntar-lhe de quem é que é a responsabilidade pela aquisição dos computadores e do *software*? Quem é que tinha a responsabilidade directa de adquirir os computadores? Era a Sonaecom e as outras operadoras que compravam os computadores, era o Estado ou era a Fundação? Se tem conhecimento disso, e pode não ter, mas se, no quadro do programa que estabeleceram, eram ou não a Sonaecom, a Vodafone e a outra operadora, a TMN, que compravam directamente os computadores e qual era a base em que as operadoras compravam os computadores.

Ou seja, quero saber se confirma ou não, e penso que isso já se deduz de uma resposta que deu, mas tinha esta pergunta em carteira, que os operadores respeitaram as características técnicas mínimas e o preço máximo definidos nos contratos celebrados com o Estado, porque os senhores celebraram contratos com o Estado.

Também no que toca ao *Magalhães*,...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, agradeço-lhe que conclua.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Se me der mais 30 segundos, Sr. Presidente, terminarei.

O Sr. Presidente: — Dou, com certeza, mas estou a sinalizar que esgotou o seu tempo e tem de terminar.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Com certeza, Sr. Presidente, muito obrigado.

No que toca ao *Magalhães*, vou referir-lhe uma outra questão, porque me parece ser importante. O Sr. Eng.º Ângelo Paupério já referiu aqui que, no programa e.escola, os senhores apresentavam um conjunto de propostas aos jovens que quisessem comprar — «tenho este computador, este, este e este» — e, naturalmente, a concorrência, os outros operadores, apresentavam outro computador e as crianças optavam entre essas propostas.

No que toca ao e.escolinha, disse-nos aqui que esta política conduziu à aquisição do *Magalhães*, embora nos tenha dito — e veja se eu tomei bem nota do que disse — que havia outras soluções no mercado, que havia outros computadores idênticos ao *Magalhães* no mercado. Tenho aqui umas notas e penso que foi o que resultou do que disse aqui.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — No e.escola!

O Sr. Ramos Preto (PS): — Não, no e.escolinha!

O Sr. Jorge Costa (PSD): — No e.escola! Está gravado!

O Sr. Ramos Preto (PS): — Sr. Deputado, está gravado, mas eu estou perguntar ao Sr. Engenheiro e quero ser esclarecido!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, Sr. Deputado Ramos Preto, tem de concluir.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Termina, Sr. Presidente.

Deixem-me perguntar ao Sr. Engenheiro se foi ou não isso que referiu, porque a ideia com que fiquei foi a de que nos disse aqui que havia, no mercado, computadores com características técnicas idênticas àquelas pelas quais, depois, adquiriram o *Magalhães*, só que havia outras razões, nomeadamente o preço, porque não encontravam um preço idêntico àquele que encontraram para o *Magalhães*, ou seja, um preço tão baixo como o que tinham para o *Magalhães*. Foi isto que deduzi, claramente, da sua resposta, mas, se estiver errado, Sr. Engenheiro, embora a oposição esteja nervosa, agradeço que mo confirme.

Sr. Presidente, deixo as outras questões para uma segunda ronda.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Ramos Preto.

Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º Ângelo Paupério.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ramos Preto, vou também tentar abordar todas as questões que colocou.

A primeira pergunta que me fez foi no sentido de saber se teria sido o Sr. Dr. Carlos Tavares a sugerir a constituição de uma fundação ou outra entidade que não... Não tenho presente, até porque, na altura, não estava directamente ligado à Sonaecom, o período em que o Sr. Dr. Carlos Tavares sugeriu isso, o que sei é que, no âmbito dos projectos que foram apresentados, no momento da atribuição das licenças, a Sonaecom, nomeadamente, falou da possibilidade de constituir uma fundação para canalizar fundos com os objectivos previstos. Falou-se várias vezes de «fundação» ou «fundações» no âmbito deste processo ou em associação a este tema e, portanto, não sei, especificamente, a que é que se referiam as pessoas, quando o Sr. Deputado referiu.

No que diz respeito, especificamente, à Fundação para as Comunicações Móveis, e porque também me questionou sobre se o aparecimento dessa Fundação acontece para resolver alguma dificuldade que estivesse associada ao funcionamento do Fundo para a Sociedade da Informação, devo dizer-lhe que o compromisso que assinámos, relativamente ao pagamento de um montante, no caso da Sonaecom, de 8 milhões, mais ou menos, um terço do valor dos 25 milhões, esse compromisso nasce de um despacho de 2003, em que foi fixado o montante das obrigações e os operadores foram constituídos na obrigação autónoma de assumir um terço daquele montante.

No que diz respeito à gestão interna da Sonaecom, eu não teria dificuldade em viver com um contributo para um fundo ou outra coisa qualquer, porque ela estava sustentada, quer dizer, não teria dificuldade nenhuma em justificar a saída do dinheiro em qualquer contexto. Portanto, não penso que a necessidade de uma fundação surgisse daí e, quando digo a necessidade, não quero dizer que não possa ser um instrumento adequado,

como acredito que seja. Agora, penso que isso não desqualifica o Fundo, *de per si*, para satisfazer essa função, até porque o facto de o Fundo não ter personalidade jurídica... Como não sou jurista, não gosto de meter-me em campos que não domino e, portanto, não irei fazê-lo, mas, sob o ponto de vista da gestão, a existência de uma entidade que gere o Fundo implica a assunção da responsabilidade para que os contratos que são estabelecidos em seu nome tenham a validade adequada. E, como estava suportado num despacho governamental...

O Sr. Ramos Preto (PS): — Esse despacho de 2003, que referiu?!

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: — Sim, tenho aqui a informação: é o Despacho n.º 1704/2003.

Quanto ao valor que já estava realizado, no momento em que se fez o acordo com o Governo, o Sr. Deputado disse que já estariam realizados 173 milhões de euros e admito-o. Não tenho informação sobre o que estava realizado, por parte dos outros, mas posso dizer que, do nosso lado, tinham sido apresentados projectos, dos quais tinham sido aprovados ou foram aprovados, formalizados, nesse momento, 63 milhões de euros.

Perguntou-me, ainda, quando começaram estes projectos, se foi logo no momento da licença...

O Sr. Presidente: — Sr. Engenheiro, peço desculpa por estar a interrompê-lo, mas este é um ponto importante e só quero fazer aqui uma precisão. O que o Sr. Engenheiro está a dizer à Comissão de Inquérito é que, no momento da instituição dos 274 milhões de euros, 63 milhões já tinham sido validados pelo Comité de Validação à Sonaecom?

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: — Nesse momento, no momento do acordo, há 63 milhões que são reconhecidos como já realizados.

O Sr. Presidente: — Muito bem, Sr. Engenheiro.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Está nas actas... Está no protocolo!

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: — Estes projectos foram sendo feitos ao longo do tempo em que a operadora actuou. Não quero falhar em datas, mas penso que o funcionamento, em prática, da licença de UMTS, na realidade, começou em finais de 2003 e, portanto, foi, sobretudo, a partir desse momento que estes projectos puderam ter lugar. O que acontece é que era um conjunto muito grande de projectos e, muitos deles, pelas razões de evolução do mercado — penso que todos reconhecem o enorme dinamismo que este mercado tem e, por isso, coisas que foram propostas no momento da licença, anos depois, têm um grau diferente de adequação à realidade —, foram tendo uma evolução própria. E um dos problemas que se punha à Sonaecom ou que se pôs, nesse momento, foi o de não ter clareza sobre o que eram projectos que faziam sentido e eram elegíveis naquele contexto. É óbvio que estes projectos, que tinham de ter um conjunto de características muito claro, à partida — tinham de ser contributos para a sociedade da informação e, portanto, ser positivos para esse objectivo e satisfazer mais exigências que estavam previstas —, eram projectos da iniciativa da empresa. E, portanto, o que confirmo é que não tenho conhecimento de concursos públicos, feitos por iniciativa da empresa, para satisfazer o compromisso, esses compromissos, até porque, pela sua natureza, em muitos casos, provavelmente, tal não seria possível.

Pergunta-me o Sr. Deputado se alguma vez a Sonaecom comprou computadores para satisfazer o programa e.escola ou e.escolinha sem

conhecer as características técnicas mínimas a que estava obrigada, no âmbito desse programa. Não, não o fizemos. Os computadores que fornecemos, no âmbito do e.escola e do e.escolinha, foram aqueles que estavam previstos, cujas características mínimas estavam previstas nos documentos que nos tinham sido apresentados, independentemente, como eu disse, de poder haver desfasamento entre os momentos de formalização disso e os momentos em que essas situações nos foram apresentadas.

Pergunta-me se houve fluxos directos entre o Estado e a Sonaecom ou se os movimentos foram todos canalizados via Fundação para as Comunicações Móveis. Penso que, no estrito cumprimento destes compromissos, só tenho conhecimento de verbas canalizadas via Fundação, quer do programa e.escola, quer do programa e.escolinha. Não penso que tenha havido nenhum movimento a menos, de eventuais encontros de contas do período em que o que existia era o Fundo para a Sociedade da Informação, mas, aí, esse encontro de contas era feito com a entidade que existia e não com a que veio a existir mais tarde.

Perguntou-me, depois, Sr. Deputado, se houve um acerto de contas em 4 de Setembro e se houve algum posterior. A bem do rigor, não posso garantir que tenha sido em 4 de Setembro, porque não tenho a data de memória, mas acredito que tenha sido feito nessa altura um acerto, um movimento de correcção do saldo, de diminuição do saldo, e houve outro, pelo menos, que foi feito no final do ano. E, como eu dizia, na medida em que havia valores a receber da Fundação e havia, permanentemente, valores a pagar à Fundação, na nossa perspectiva, todos os meses foram feitos ajustes a esses saldos. Mas, quanto a movimentos em dinheiro, para diminuir os saldos credores da Sonaecom, ocorreu um, pelo menos, em Setembro e voltou a ocorrer um no início deste ano.

Depois, o Sr. Deputado questionou-me sobre a entidade que propôs a Fundação, mas penso que já respondi a essa questão.

Outra questão foi sobre os montantes que eram devidos pela atribuição de frequências adicionais aos três operadores, que foi uma obrigação que, tendo sido constituída em 2003, só foi materializada em 2008. Confesso que, esse, foi um processo que se arrastou bastante tempo e penso que foi necessário criar as condições para que assim acontecesse. Foi um processo que, provavelmente, demorou mais do que seria de esperar, mas só posso constatar que foi assim.

Quando me pergunta quem tem a responsabilidade de adquirir os computadores, posso dizer-lhe que a responsabilidade da aquisição é dos operadores e, no caso da Sonaecom — e penso que também no dos outros operadores, mas, obviamente, não falo por eles —, confirmo que foram respeitadas as características dos computadores e os contratos. A Sonaecom respeitou os contratos que tinha.

No programa e.escola, também confirmo aquilo que tinha dito: existiam vários computadores e ao longo do tempo foram sendo alterados, computadores que estiveram disponíveis, como sabem. O dinamismo deste sector não é compatível com a permanência de uma oferta durante muito tempo, porque no início será muito competitiva e depois deixa de o ser. Portanto, é necessário haver essa substituição, isso aconteceu e houve vários computadores disponibilizados ao longo do tempo.

No caso do Programa e.escolinhas, confirmo aquilo que referiu: no mercado existiam computadores que satisfaziam as características técnicas mínimas propostas no Programa. Na pesquisa que a empresa fez, que não foi exaustiva, mas foi uma pesquisa, não havia outros que satisfizessem a totalidade das condições impostas no Programa, incluindo o preço, uma das características que era imposta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Eng.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Eng.º Ângelo Paupério, queria agradecer a sua presença. Já conseguimos esclarecer algumas coisas. Pelo menos, já se fez luz — entre 5 de Junho de 2007 e Setembro, afinal houve mesmo execução do Programa, houve mesmo despesa e anteriormente, nas audições dos anteriores responsáveis governamentais, não tinha havido absolutamente nada, nem sequer sabia onde estavam as verbas adstritas a esse Programa.

O que lhe queria perguntar é se em 63 milhões de euros, que é o executado nesse período, consegue confirmar se se tratou apenas disso ou de computadores ou estamos a falar de outro tipo de produtos. Se tem essa informação — telemóveis (não lhe vou perguntar a quem atribuíram mas gostava que me confirmasse que não eram só computadores, porque estamos a falar de um período onde há uma grande nebulosa, ou seja, antes de tudo, antes até de haver Fundação para a Sociedade de Informação, que não tinha, como os senhores gostam de dizer, personalidade jurídica e, portanto, dava para tudo e para mais alguma coisa).

Gostava também de perguntar se a verba, segundo diz o acordo, tinha que ser em numerário, dado pela Sonaecom — 4.985 000 €. Talvez tenha sido lapso meu, mas não ficou claro quanto e a quem, porque essa tinha que ser enumerada. O acordo dizia que tinha de ser enumerada — a verba inicial que coube à criação do Fundo da Sociedade de Informação e que coube à Sonaecom. Depois houve mais três operadoras a darem cada uma sua verba.

Gostava de saber quanto foi, a quem foi que foi atribuído em numerário Não era nenhuma contrapartida, não era para descontar em absolutamente nada, era uma verba para criação da Fundação...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — (*Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador*).

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ...da parte dos 25 milhões de euros, exactamente. O resto também registo que se tivermos uma factura em dívida para com a Sonaecom de 300€, quando muito, levamos com uma execução, mas depois conseguir saber encontrar o fio à meada em 274 milhões de euros, fica um bocado complicado. É apenas um registo. Não quero ir mais longe que isso.

Gostava de perguntar porque no Fundo para a Sociedade da Informação as entregas que estão no acordo eram 20%, depois mais 40%, depois mais 40% e o contrato cita que poderia haver entregas adicionais para estes 25 milhões de euros. Gostava de saber se houve ou não. Não há registo. Porventura não houve, mas gostava que me confirmasse se houve mais entradas adicionais, e se as houve quanto e a quem.

Depois, gostava de lhe perguntar porque aqui há de facto uma pergunta que lhe queria fazer mas já não tenho esperança nenhuma que me possa responder. É que nós já chegámos à conclusão que o *Magalhães* não tem nenhuma paternidade assumida mas a Fundação para as Comunicações Móveis parece que também não.

Quer o Sr. Ministro, quer o Sr. Presidente da Fundação, quer todos os responsáveis parlamentares, dizem peremptoriamente «a Fundação é uma ideia das operadoras». Estão nas actas, foram afirmadas aqui — são as operadoras que tiveram a ideia da criação da Fundação. Gostava de saber se o senhor ou alguém da empresa participou.

Gostava de lhe perguntar porque chegámos à criação do *Magalhães* e também há uma *taskforce* que definiu os critérios do aparelho. Obviamente, não temos actas das reuniões dessa *taskforce*. O que se lá passou não sabemos. Resta-me a alegre esperança que me possa responder que sim,

dizendo se a SONAE teve ou não teve alguém nessa *taskforce*. Havia membros dos três Ministérios: Educação, julgo que Obras Públicas e o coordenador do Plano Tecnológico. Se houve alguma participação das operadoras ou não, porque aqui isso esclarecia bastante e ajudava os nossos serviços.

Depois gostava de perguntar se é ou não verdade que estas características impostas por esta *taskforce* eram ou não uma única opção, ou seja, sentiu a Sonaecom que havia, de alguma forma, uma imposição para aquele produto, para aquele aparelho. Estou a referir-me concretamente ao Programa e.escolinhas. No Programa e.escolas julgo que a coisa, (estou farto de repetir), correu razoavelmente. Não sei se bem até, depois eu à frente já perguntarei.

Gostava de saber se a Sonaecom sentiu que em todo o momento podia escolher livremente o seu fornecedor. Se tinha essa liberdade e, portanto, também gostava que me comentasse a afirmação do Sr. ex-ministro das Obras Públicas que me dizia e disse-o aqui: «não há nenhum documento, não há nenhum contrato, não há nenhum acordo que especifique que compete à Fundação ou ao Ministério a escolha de qualquer computador, de qualquer marca. Isso sempre foi matéria da responsabilidade das operadoras».

É evidente que o único documento que encontramos é um dito memorando de entendimento entre o Ministério das Obras Públicas e a Intel, assinado a 30 de Julho. Nesse mesmo dia, do Pavilhão Atlântico, o Governo anunciou ao País e ao Mundo o computador *Magalhães*, mas apresenta também a produtora do *Magalhães*, apresenta a J.P. Sá Couto nesse mesmo dia, quando a Intel teria ainda que descobrir uma empresa capacitada para produzir para o mercado nacional e para o mercado internacional. Gostava de saber se tem essa informação e se sabia ou não,

ou só mais tarde, depois de escolhido todo o fabricante e o número do aparelho a que se especificaram as características.

O responsável da Caixa Mágica disse aqui: «tivemos conhecimento pela imprensa e fomos procurar ao Governo e pomos à disposição...». Gostava de saber se a Sonaecom também fez isso — também soube pela imprensa, e só depois é que disse: «afinal interessa-nos entrar no negócio» e só nessa altura é que tomou a iniciativa, ou sabia antes? Porque nessa altura, é bom lembrar, que a J.P. Sá Couto já anunciava a entrega de 500 000 computadores. Há, pois, aqui algum desfasamento.

Gostava ainda de saber como classifica o funcionamento da Fundação já das Comunicações Móveis — se funciona bem, se não funciona. Gostava de saber a sua opinião, à qual espero que possa responder.

Na opinião de V. Ex.<sup>a</sup> esta Fundação (essa pergunta admito que não queira responder) teve ou não como base acelerar a atribuição do computador *Magalhães*? Ou seja, havia ou não aqui alguma peça de introduzir e colocar no mercado o *Magalhães*, porventura legítima, mas gostava que me respondesse a isso.

Porque ficou escrito nos estatutos da Fundação que as operadoras entregam ao Estado a condução da Fundação? A bancada do Partido Socialista disse aqui e reitera muitas vezes que os operadores também queriam criar as suas próprias fundações.

De repente, há uma Fundação que ninguém sabe de quem é a ideia, mas depois as operadoras entregam-lhe toda a condução. Aliás, o Governo tem a maioria dos seus dirigentes, funcionam nas instalações do Ministério, este tem nas cláusulas dos contratos que actua subsidiariamente pela Fundação — houve, inclusivamente, uma cedência de posição contratual e, portanto, isto também é relevante.

Depois gostava de saber se a Sonaecom alguma vez colocou reservas ao Programa e.escolinhas e se alguma vez as apresentou, quais as que apresentou.

Também gostava que pudesse (que era a minha pergunta que quis fazer inicialmente), explicar à Comissão algumas diferenças básicas entre o Programa e.escolinhas na óptica, obviamente, operadora, e o Programa e.escolas. Qual dos dois acha que cumpriam na mesma as funções que estavam previstas.

Também gostava de saber se é verdade ou não que as operadoras, neste caso só a Sonaecom, pagaram 20% a 25% da operação *Magalhães*.

Há uma afirmação do Sr. Ministro das Obras Públicas ou ex-ministro que dizia que «o ajuste directo da aquisição dos *Magalhães* foi determinado pelas operadoras». Gostava que me comentasse essa afirmação, se foi mesmo assim.

Gostava de lhe perguntar se a Sonaecom tem algum crédito em relação à Fundação. Sabemos pelo representante do Governo na Fundação que houve pagamentos feitos recentemente. Gostava de saber se a Sonaecom já recebeu, ou já tem as contas saldadas com a Fundação, porque, é um facto. Acabou de reconhecer aqui aquilo que também muitos outros reconheceram — que houve atrasos nos planos, nos orçamentos, nas auditorias, algumas coincidências de datas, eventualmente alguma necessidade de acelerar o processo. Tudo isso entendíamos.

Gostava que me confirmasse ou não, se em 2008 e 2009, o Estado teve que assumir uma dívida da Fundação para com as operadoras. Isso para quê? Para que fossem aprovados o plano e as contas de actividade destes anos pela Fundação. Se isso se confirma ou não. Se houve ou não necessidade do Estado suprir, apresentar dinheiro junto da Fundação para que as operadoras pudessem aprovar também as contas.

Depois gostava de lhe perguntar qual é a opinião da Sonaecom tem para ter abandonado este projecto e.escolinhas e agora se há uma opção de concurso público, ou seja, o Programa terminará, tem data para terminar. Veremos se está totalmente executado ou não, mas aguardava uma mudança e agora a mudança é para um concurso público.

Também gostava de fazer mais uma pergunta meramente opinativa. Se não quiser não responde — saber o que na sua opinião fez com que mudasse uma coisa da outra. Porque é que até aqui o e.escolinhas funcionou deste modo e agora o Governo optou já não pelo ajuste directo. Segundo o Governo, a culpa é das operadoras e agora passa para concurso público. Era só, para já.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Já foi explicado!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º Ângelo Paupério.

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, vou tentar responder.

A primeira questão que aponte diz respeito aos primeiros 63 milhões de obrigações, que foram consideradas cumpridas pelo Grupo de Trabalho do UMTS.

Perguntava-me se eram contributos em computadores ou se havia outras coisas. Que eu saiba, não havia sequer contributos ou subsidiação de computadores. Eram outras coisas, esses Programas eram os outros Programas que já vinham ocorrendo e que tinham sido submetidos à aprovação do Grupo de Trabalho do UMTS. Portanto, a subsidiação massiva de computadores só acontece no âmbito do Programa e.escolas e depois e.escolinhas.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E esses valores referem-se a quê, em concreto?

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — Esses valores referem-se a um conjunto de Programas que, se não me engano, quando a Sonaecom se propôs na licença tinha 54 projectos diferentes, com muitas iniciativas de divulgação, de promoção da sociedade de informação, de desenvolvimentos tecnológicos, de pesquisas, etc., que foram sendo feitos, alguns desses programas e portanto foram esses que foram submetidos com subsidiasções específicas de equipamentos terminais, telemóveis, etc., mas não tanto computadores. Os computadores apareceram a seguir, não foram, pelo menos, significativos nos 63 milhões, tanto quanto é do meu conhecimento.

Pergunta-me sobre os montantes — eu gostava de deixar claro que as obrigações para a Sociedade de Informação que foram valorizadas em 274 milhões de euros, no caso da Sonaecom, eram obrigações resultantes do compromisso que tínhamos de desenvolver — um conjunto de projectos e esses projectos são os do momento da licença.

A outra obrigação dos 25 milhões de euros para o conjunto de operadores de que nós tínhamos 1/3 (um terço), resulta especificamente da atribuição de frequências adicionais que antes tinham sido atribuídas à Oniway. São duas situações diferentes e os montantes que foram usados para a constituição do Fundo dos 25 milhões, portanto, oito milhões € por cada operador, esses montantes é que tinham o pagamento de 20%, 40% e 40% e que foram realizados, como eu disse, ou por dinheiro ou encontro de contas, na medida em que já éramos credores. Portanto, esses montantes foram realizados ou em dinheiro ou da diminuição da dívida que nos pertencia, por encontros de contas, no momento em que era devido.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — No vosso caso, encontro de contas?

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — Um deles, pelo menos, foi em dinheiro e os outros foram encontros de contas, pelo menos. O primeiro, foi em dinheiro, quanto aos outros, já havia verbas superiores que eram devidas à Sonaecom e, portanto, foram encontros de contas.

Pergunta-me se, além dos 8 milhões, provenientes da Sonaecom, houve mais entradas na Fundação para as Comunicações Móveis. Penso que a questão era idêntica a uma outra que me foi posta, mas eu realmente não fui claro a respondê-la.

A Sonaecom tem montantes a receber da Fundação e tem montantes a pagar. Quanto aos montantes a pagar, trata-se de um determinado montante por cada computador que é entregue e, depois, de um valor de mensalidade, a pagar todos os meses. Esses valores, correspondentes a essas mensalidades e a esse valor por computador cedido, são fluxo da Sonaecom para a Fundação; só que, como a Fundação deveu sempre mais à Sonaecom, esses montantes que a Sonaecom tem a entregar vão a encontro de contas, diminuindo a dívida. Agora, o que não há é fluxo financeiro porque, desde o início, a Sonaecom é credora da Fundação, e isso a partir de muito cedo. Portanto, formalmente, há contributos da Sonaecom para a Fundação para as Comunicações Móveis, só que esses contributos foram sempre feitos na contabilização do saldo de conta corrente entre a Fundação e a Sonaecom.

No que diz respeito à questão de saber quem teve a iniciativa da Fundação, confesso que não tenho consciência de, em momento algum, ter sido uma proposta da Sonaecom, mas tenho consciência de que foi no quadro do desenvolvimento desta negociação que apareceu a proposta de se

fazer a Fundação para as Comunicações Móveis; e essa proposta mereceu, pelo menos da nossa parte, o acordo, porque permitia satisfazer a substância dos acordos que existiam, até à época.

Como disse, e penso que também fez referência a isso, falou-se em várias fundações. Os outros operadores também têm fundações próprias e a constituição de uma fundação poderia ser um mecanismo para canalizar verbas para a Sociedade da Informação e, embora fosse uma das maneiras, não tinha que ser essa. E, naturalmente, se fosse uma fundação constituída pela Sonaecom, os organismos, os mecanismos e o funcionamento seriam aqueles que ela fizesse no âmbito da satisfação dos seus compromissos para a Sociedade da Informação e não teria a ver com este, específico, porque este era uma fundação que juntava os três operadores e tinha as missões, que lhe são confiadas e que são conhecidas, de gestão deste programa específico.

Pergunta-me se a Sonaecom teve alguém na tal *task force* do projecto Magalhães. Confesso que não conheço essa *task force* e, portanto, o projecto foi desenvolvido no quadro, presumo, do governo e de organismos ligados ao governo. Quando nos foi apresentado, era um projecto que tinha já uma determinada formatação.

Não tivemos uma presença na *task force* que teve a ideia do projecto Magalhães e, portanto, quando fomos chamados a participar já era um projecto, não digo que ele não tivesse evoluído muito e que não tivesse evoluído, até, com contributos dos diferentes operadores, mas era um projecto que já tinha sido germinado na cabeça dos seus promotores.

Depois, faz-me uma pergunta...

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Recorda-se? É se sentiu liberdade de escolha.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: — Confesso que a nossa atitude em relação a este tipo de programas, e procurei explicá-lo um pouco numa das respostas que dei anteriormente, é a seguinte: estes programas não são totalmente inócuos no quadro concorrencial.

Empresas que competem tão agressivamente pelo mercado, que é um mercado que não cresce muito, é um mercado muito competitivo, têm de analisar estas oportunidades, quando são confrontadas com estas situações, nesse quadro concorrencial. E o conjunto de objectivos que se expõem está condicionado por essa lógica concorrencial.

Quando o Programa Magalhães nos foi proposto, como sendo um programa em que todos os operadores iriam participar — e, de alguma forma, como não falo, nem falei, com os outros operadores sequer sobre este programa, eu não sabia, à partida, se o iam fazer ou não —, apresentava-se um pouco como um projecto de adesão. Ou seja, as regras são aquelas, os diferentes operadores são confrontados e aceitam participar, ou não aceitam participar, ou procuram negociar no quadro dessas regras a solução mais favorável para si.

Foi o que aconteceu connosco. No quadro daquelas regras procurámos negociar a solução mais favorável e que, só muito mais tarde viemos a saber, era distinta da que os outros operadores tinham em alguns aspectos de detalhe, de pormenor, nomeadamente verbas, etc.

A nossa preocupação foi, a partir do momento em que estavam definidas as regras, a de ver se tínhamos condições de estar no programa numa situação que fosse economicamente mais favorável para nós e, portanto, fizemos a pesquisa que achámos necessária, naquele momento, para sabermos se havia alternativas que tornassem o programa economicamente mais favorável para nós.

E, como disse, não encontrámos e, portanto, tivemos que adoptar aquela, que foi a única solução que encontrámos.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Eng.º, nesse preciso período de tempo, os senhores não encontraram, no mercado, para as especificações definidas, nenhum outro produto, nenhuma outra oferta que não fosse o computador Magalhães da J. P. Sá Couto?

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: — Que satisfizesse as condições técnicas, as outras condições do caderno de encargos e o preço? Não encontrámos — o que, de alguma forma, determina que, ao termos feito essa opção, sentimos que havia a liberdade de procurar as outras soluções. Só que não as encontrámos!

*Risos.*

O Sr. Deputado também refere algumas coincidências de datas e pergunta-me se também soube do Magalhães pela imprensa.

No momento em que analisamos o caderno de encargos, conhecíamos a oferta do Magalhães e, portanto, não é a questão de saber pelo mercado ou não; nesse momento, em que tivemos de fazer a opção, sabíamos dessa oferta; ela foi profusamente divulgada e, portanto, sabíamos dessa oferta e confrontámo-la com as outras e, como disse, só ela satisfazia a totalidade das condições que eram previstas.

Pergunta-me o Sr. Deputado como classifico o funcionamento da Fundação. O funcionamento da Fundação fica aquém dos padrões a que estou habituado e que, normalmente, exigimos às nossas empresas.

Como eu tive oportunidade de dizer não foi cumprida a aprovação do plano, no momento certo; há um conjunto de coisas que não nos satisfazem, embora eu possa ter mais ou menos compreensão, pelo facto de isso ter acontecido e pelas razões por que aconteceu. Mas, como me

pergunta como é que classifico o funcionamento da Fundação, respondo-lhe que classifico-o aquém do que era desejável e espero que ela, rapidamente, fique a funcionar de acordo com *standards* mais compatíveis com o profissionalismo do sector em que está.

Pergunta-me também o Sr. Deputado se considero que a Fundação teve ou não, como fundamento, como base, a introdução do Magalhães. Não faço ideia se isso esteve ou não na base. Como disse, tive a oportunidade de explicar a leitura que faço do aparecimento da Fundação; não foi uma iniciativa que eu pudesse associar esta relação causa/efeito.

Por que é que os operadores privados aceitam que a condução da Fundação seja pública? Como disse também, a participação dos operadores nos órgãos da Fundação, só exclusivamente ao nível do conselho geral, é uma participação compatível com o facto de a gestão dos contratos que a Fundação faz com os operadores ser uma gestão em que os diferentes operadores pediram — ou exigem — que esses contratos fossem tratados com confidencialidade. E, portanto, se fossem os operadores a gerir a Fundação teriam, naturalmente, acesso a toda a informação inerente e a informação sensível de mercado — saber quantos computadores, saber quando, saber que tipo de relação comercial com os clientes é que é estabelecida porque há diferentes comparticipações.

Por conseguinte, julgo que se compreende a delicadeza de que essa informação fosse gerida por um operador ou pelo conjunto dos operadores, porque não seria possível garantir que não tivesse aqui alguma informação de negócios relevante partilhada. E, por isso, pelo menos da parte da Sonaecom, foi essa a razão que esteve na base de aceitarmos que a condução fosse exclusivamente do Estado.

Pergunta-me o Sr. Deputado se a Sonaecom alguma vez apresentou reservas ao e.escolinha. Eu não queria classificar os contributos que demos

como reservas mas que, naturalmente, resultam de leituras que fizemos do que seria a oportunidade do projecto e de como ele poderia ser melhorado.

Algumas das nossas considerações foram reflectidas, na medida do possível, na forma como negociámos a contratualização com a Fundação. Como eu tive oportunidade de dizer, procurámos variabilizar os contributos em face do sucesso de aceitação de contratos de ligação à banda larga, porque nos pareciam que essa era a forma que minimizava o risco em que estávamos envolvidos. Isso corresponde a uma leitura que fizemos das características dos programas. Portanto, se calhar, mais do que reservas, o que procurámos foi que o programa, no que nos diz respeito, fosse adaptado à nossa leitura da situação.

Pergunta-me também o Sr. Deputado sobre as diferenças entre o e.escola e o e.escolinha. Na realidade, na perspectiva de um operador, ou da Sonaecom, em particular, há diferenças importantes quer nos méritos, em si, do programa quer no interesse para um operador ou na importância para um operador.

Para um operador, é muito mais importante que não haja distorção das quotas de mercado ao nível dos serviços que fornece do que propriamente ao nível dos computadores que são distribuídos; para um operador, ao que ele tem de estar mais atento é às implicações que tem na sua actividade e, quanto a essas, o e.escola tem, naturalmente, mais do que o e.escolinha, porque a utilização de serviços de telecomunicações é diferente num programa e noutro.

Naturalmente que o programa e.escolinha, na sua vertente de formação e de geração de hábitos em camadas muito jovens, terá impactos na sua utilização de telecomunicações futuras, mas não se transformam em valor para os operadores em casos curtos.

Também sou questionado sobre se os operadores pagaram 20% a 25% do Programa e.escolinhas. Os montantes que pagamos foram

informados e são os que são. Não penso que sejam uma quota-parte relevante disto. Se houve por parte dos outros operadores maiores contributos, é possível que se chegue a este valor, mas eu não estou em condições de o dizer. Só estou em condições de dizer quanto é que a Sonaecom tem contribuído para este Programa e é bem abaixo destes valores, pelo que eu conheço dos custos do Programa e escolinhas.

Pergunta-me também se a Sonaecom tem algum crédito em relação à Fundação para as Comunicações Móveis: tem neste momento um crédito. O Sr. Deputado precisa, e bem, se o crédito é sobre a Fundação das Comunicações Móveis ou sobre o Estado. A Fundação das Comunicações Móveis é que executa e, portanto, eu diria que o Estado é que tem a primeira responsabilidade de pagamento dessas obrigações. Eu penso que, tratando-se do Estado, basta ser a primeira.

Depois, o Sr. Deputado ainda me pergunta se eu confirmo se o Estado teve de assumir dívidas da Fundação para pagar aos operadores. Eu não sei. Não sei quem assumiu, porque não conheço os fluxos para o Estado, para a Fundação das Comunicações Móveis. Portanto, o que eu sei é os fluxos comigo...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu digo isso, porque a informação que tinha foi de que havia uma condição prévia para aprovarem as contas da Fundação e o plano de actividades e como estão no conselho geral, pensei que essa discussão tivesse sido feita, em sede do conselho geral. Ou seja, não se podem aprovar as contas nem o plano, porque existiam dívidas da Fundação que foram supridas posteriormente pelo Estado.

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — Eu gostaria só de fazer uma precisão — as contas podem ser aprovadas com dívidas, têm é que estar

adequadamente relevadas. Não era o facto de a Fundação ter dívidas que impediria que fossem aprovadas as contas. Na situação que se veio a verificar, as contas foram aprovadas sem a relevação dessas dívidas por parte da Fundação, porque eram dívidas assumidas pelo Estado.

Por último, o Sr. Deputado perguntou-me qual era a minha posição sobre a alteração do modelo que existia, para o actual. Sr. Deputado, a Sonaecom aqui não tem que ter uma posição. Naturalmente que a experiência de programas com esta dimensão e com este impacto, essa experiência é passível de se traduzir em melhorias que eu espero que eu espero que sejam introduzidas nos diferentes programas que estão em vigor. Se a alteração específica que referiu é uma melhoria ou não, não sei. Não me compete a mim comentar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Eng.º Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Eng.º Ângelo Paupério, que nos trouxe duas novidades, novidades que esperávamos, pela relevância que têm, já tivessem sido reveladas, por outros responsáveis que cá estiveram.

A primeira novidade é, ao contrário do que nos foi dito, que o Fundo para a Sociedade de Informação nunca teve personalidade jurídica, nem nunca existiu na realidade, pois nunca foi capitalizado. A entidade gestora desempenha o papel, na gestão dos programas e escolas.

Primeira pergunta que lhe faço: se é essa entidade gestora, porque o Sr. Eng.º referiu várias vezes que existiam um encontro de contas mensais e referiu que isso podia ter acontecido com essa entidade gestora. A indicação que tínhamos dos responsáveis governamentais que estiveram nesta comissão, foi de que este Fundo e esta entidade gestora nunca tiveram

nenhum papel importante no e.escolas, nem nunca tinham servido para levar a cabo estes trabalhos.

Este é um ponto que achamos fundamental que fique clarificado, porque é uma das novidades que tivemos hoje. É necessário perceber se a entidade gestora para o Fundo da Sociedade de Informação funcionou, em que moldes, se fazia contas, se verificava o que as operadoras deram, o que o Estado deveria dar também, mediante os protocolos, sendo o mediador dessas transacções. Há que saber igualmente qual o papel que essa entidade gestora assumiu em todo este processo do e.escolas, assim como na celebração de contratos.

Também devemos ter conhecimento se a entidade gestora do Fundo promoveu essa celebração de contratos e se foi intermediária no assumir dessas relações contratuais entre o Ministério das Obras Públicas e o dos operadores. Ficámos a perceber que, ao contrário dos que nos foi dito, não foi só a Fundação para as comunicações móveis que teve papel relevante em todo o Programa e.escolas, incluindo o e.escolinhas, mas também esta entidade gestora do Fundo. Por isso torna-se pertinente e necessário clarificar esta situação.

Passando do período «pré-Fundação» para as comunicações móveis, para o período «durante» a Fundação para as comunicações móveis, o Sr. Eng.º referiu aqui também a existência de encontros de contas mensais. Porém, a informação que temos por parte da Fundação para as comunicações móveis, é que contas mensais, nem vê-las. Quando muito, contas anuais, mas só mesmo algumas. Por isso gostava de perceber afinal em que patamar de relacionamento é que esses encontros de contas mensais existiram e se a Fundação esteve sempre ao nível e à altura desses encontros de contas e se levou a sério esse trabalho.

Quero perguntar também, como funcionaram todos os contratos entre as operadoras, a Fundação e o Ministério, porque é-nos estranho — e já foi

aqui indicado na audição anterior — verificar que, por exemplo, o contrato do dia nove de Fevereiro de 2009, mais de seis meses depois da criação para a Fundação para as comunicações móveis, indique, remeta o início do contrato para um período anterior à existência da Fundação para as comunicações móveis. Isto acontece não apenas com a Sonaecom mas com todos os operadores. Depreendemos daí que foram as condições que o Ministério das Obras Públicas celebrou com todas as operadoras e por isso vocês terão aceite essas condições por parte do Ministério.

Queria que me confirmasse se isso foi verdade e a ser verdade qual a justificação que o Ministério deu para este acontecimento estranho, (para não utilizar outros adjectivos), que é o de remeter inícios de contratos para alturas em que as entidades não existiam ainda, não estavam sequer fundamentadas, dado que constitui um dos motivos para os enormes gastos que a Fundação teve no ano de 2008. A consultadoria jurídica indicou-nos que era, no fundo, o peso jurídico que as operadoras colocavam em todos estes protocolos, em todos estes contratos, todo esse esforço jurídico pelas operadoras, não teria servido também para justificar essa nota.

Nesta comissão, onde alguns membros são juristas, mas muito poucos, a todos chamou a atenção estas datas não baterem certas umas com as outras. Por isso, se nos chamou a atenção a nós, o vosso corpo jurídico deve ter também questionado o Ministério por parte da escolha desta data e queremos saber a resposta que o Ministério deu para ter escolhido esta data exacta.

Vou fazer uma última pergunta ainda sobre os contratos, porque acho que é pertinente e gostava que aprofundasse um pouco mais se existiram ou não algum tipo de pruridos em aceitar o relatório de contas da Fundação para as comunicações móveis, relativo ao ano de 2008, porque esse relatório de contas foi aprovado em Setembro de 2009.

Curiosamente, alguns dias antes de umas eleições legislativas e curiosamente alguns dias antes da assinatura, por parte de todos os operadores, de um contrato de aditamento ou de um aditamento ao contrato, que clarificava, estabelecia uma maior minúcia nas responsabilidades do Ministério das Obras Públicas, relativamente aos princípios assumidos pela Fundação para as comunicações móveis.

O curioso destes contratos é que aconteceu um, o da Sonaecom e o da Vodafone, na 6ª feira anterior às eleições legislativas e o da TMN na 2ª feira posterior às eleições legislativas. Isto parece-nos claro, que num cenário onde já se previam alterações do Ministério das Obras Públicas, existisse uma espécie de tentativa de assumir e tentar limar arestas, antes que viessem outros e colocassem entraves ao que foi colocado.

Gostava, por isso, de perceber também o porquê deste aditamento.

Foi pressão das operadoras? Foi pressão do Ministério das Obras Públicas? Resultou de alguma vontade de incumprimento por parte do Ministério das Obras Públicas, que as operadoras não aceitaram? Foi condição para que as operadoras aceitassem o relatório de contas da Fundação?

No fundo, a justificação para este acontecimento, que nos parece de todo estranho, até porque estas datas — 25 de Setembro de 2009 e 28 de Setembro de 2009 — são posteriores ao encerramento do Programa do e.escolinhas. No entanto, os aditamentos aos contratos são referentes ao contrato do e.escolinhas.

Penso que anteriormente também não ficou claro a questão dos *timings* da assinatura dos contratos, porque percebi que a indicação que nos deu é que estariam sempre a negociar com pessoas de bem. Por isso, instituía-se uma prática entre a Fundação, os operadores e o Ministério ou entre operadores e Ministério no período «pré-Fundação» e só posteriormente a essa prática ser instituída é que esta seria contratualizada.

Este facto parece-me um pouco duvidoso quanto ao seu funcionamento, por isso gostava também que me explicasse porque é que só seis meses depois, por exemplo, da existência da Fundação para as comunicações móveis, é que foi assinado o protocolo com a Sonaecom. Voltamos à questão que foi colocada anteriormente: as próprias condições do Programa e.escolas foram colocadas anteriormente à existência do Programa e.escolas.

Isto leva-nos a uma certa informalidade que não me parece ser condizente com os valores de dinheiro que estão envolvidos.

Fazendo aquela pergunta que tem sido apanágio colocar, porque acho que é clarificadora para percebermos se, para além de não haver «paternidade» da Fundação nem do Magalhães mas também, pelos vistos, parece que não há «paternidade» de um acontecimento que teve lugar no dia 30 de Julho de 2008, que foi a apresentação do Magalhães. Todos estiveram lá, não sabem bem a convite de quem, nem organizado por quem. Quanto a este assunto, a primeira pergunta que lhe faço é esta: esteve lá? E se esteve lá, a convite de quem? E porque foi assinado nesse mesmo dia e com a sua assinatura, um acordo de princípios para a criação do Programa e.escolinhas? Se esse acordo de princípios foi firmado nesse acontecimento; se foi firmado anteriormente e onde, em que circunstâncias, ou a *posteriori*, sendo que aconteceu tudo no exacto dia. Tal facto leva-nos à conclusão que as palavras que disse anteriormente vão contra, por exemplo, as palavras que o Eng.º Mário Lino teve nesta comissão.

O Eng.º Mário Lino dizia-nos que as operadoras são livres. Foram livres para escolher os computadores que quiseram, inclusive no Programa e.escolinhas. Bem, agora percebemos que eram livres de escolher o Magalhães da J.P. Sá Couto, porque ou era o Magalhães ou não era nenhum...

*Protestos do Deputado do PS, Ramos Preto.*

...e ficavam excluídas deste Programa e é essa a conclusão a que nós chegamos.

Pareceu-me algo evasiva a resposta que deu sobre o legitimar da escolha do Magalhães, da J.P. Sá Couto. Disse-nos que só este computador é que cumpria todas as formalidades do caderno de encargos. Falou-nos do preço. Nós percebemos que existiram também acordos de *software* que poderão ter tornado o preço mais agradável do que o preço praticado pela J.P. Sá Couto. Sobre isso teremos espaço para falar mais à frente com responsáveis da empresa, mas gostava de perceber quais eram as outras formalidades que só o Magalhães cumpria no caderno de encargos, porque isso parece-me pertinente também para perceber todo este processo. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Ângelo Paupério.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Sr. Presidente, Sr. Deputado, muito obrigado pelas questões que me colocou.

Quanto à primeira questão que o Sr. Deputado colocou e que introduziu como sendo uma novidade que eu trouxe em relação à abordagem do que é o Fundo para a Sociedade de Informação, eu disse, há pouco, que o Fundo foi constituído com uma formalização jurídica que mereceu, no momento em que foi constituído, a aprovação da Sonaecom. E, portanto, sob o ponto de vista jurídico, baseado ou suportado nos nossos especialistas, tinha condições para satisfazer as funções e a missão que lhe era confiada.

Quando se pôs a questão de mudar do Fundo para uma fundação, esta satisfazia de igual forma as condições que os nossos juristas acharam

necessárias para dar corpo ao programa. Portanto, na medida em que somos uma das partes e que estávamos do lado dos operadores, sendo que o interlocutor... Esta não era uma negociação a quatro, e nunca o foi. Foi sempre uma negociação em que éramos, de alguma forma, tratados em igualdade de circunstâncias na relação do Estado com os operadores, mas não uma negociação dos operadores entre si para ver como deveria ser. Éramos confrontados com soluções que mereceram o nosso acordo porque satisfaziam as condições.

O Sr. Deputado perguntou-me como é que isto funcionou enquanto Fundo e antes da realidade Fundação. Provavelmente, foram os operadores os que mais se preocuparam com a celeridade destes processos, até porque, numa lógica fácil de perceber, sendo nós crescentemente credores, era do nosso interesse que as coisas andassem o mais depressa possível e, portanto, a nossa vontade era procurar soluções que fossem postas em prática o mais depressa possível. E se não andou mais depressa, julgo, não terá sido por responsabilidade da Sonaecom.

O certo é que, durante esse período, o funcionamento foi mais do programa do que propriamente das instituições. Isto é, a partir do momento em que se começa o programa, em que os operadores estão a disponibilizar computadores, etc. e os seus saldos a crescer, havia um problema competitivo grave de algum operador, isoladamente, fazer parar o programa, por exemplo, porque ficava numa situação competitiva pior do que os outros. Portanto, foi um pouco essa dinâmica que criou esse funcionamento, que veio a ser regularizado mais tarde. Obviamente, estaríamos disponíveis para apoiar todas as soluções que, o mais célere possível, ajudassem a regularizar a situação; essa era a preocupação da Sonaecom.

O Sr. Deputado referiu os encontros de contas mensais. Gostava de explicar, para não deixar dúvidas, que não havia uma aprovação de contas

mensais. Nunca houve! O que acontece é que estes programas têm um conjunto de consequências relacionadas com o processo junto dos clientes finais, as consequências financeiras resultam do processo junto dos clientes finais, e, como tal, são os operadores os primeiros a ter a informação dessas consequências financeiras. Ao terem-nas, fazem as suas contas e comunicam-nas à Fundação, que pode auditá-las.

O Sr. Ramos Preto (PS): - Exactamente!

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Portanto, o processo é assim. Não há ajustes de contas mensais com a participação activa dos elementos do Fundo ou da Fundação. O que fazíamos era as contas...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Fizeram também essa informação de contas à entidade gestora, no período pré-fundação!

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Sr. Deputado, confesso que não tenho presente como se processava esse fluxo de informação nessas datas concretas. Sei que tínhamos a informação e, ao calcularmos, em cada momento, qual era o valor que tínhamos a receber da Fundação e qual o montante que teríamos a pagar, fazíamos esse encontro de contas na nossa contabilidade. Refiro isto para explicar o facto de haver uma diferença grande entre as contas mensais feitas nesta lógica e as contas aprovadas da Fundação, que ocorreram, como foi dito e era a realidade, em períodos que não seriam os mais convenientes e da forma que não era a melhor para uma organização com estas responsabilidades.

O Sr. Deputado colocou a questão das datas diferentes e perguntou como é que se pode funcionar com contratos que remetem para períodos anteriores. Genericamente, estes processos passaram por um conjunto de

conversas em que os programas foram apresentados (as suas linhas gerais, as suas ideias), tendo culminado em acordos. A sua transformação em contratos é que demorou muito tempo.

Na perspectiva da Sonaecom, não é desejável que assim seja, seria desejável que os contratos tivessem aparecido mais cedo. Não defendemos nem achamos que a forma mais saudável seja haver essa demora, mas o que é certo é que os contratos, como podem ver, reflectem de uma forma muito fiel o que estava no espírito dos acordos. Esse entendimento que existia de que o que estava no acordo era aquilo que realmente deveria ser reflectido em contrato permitiu, no nosso caso, que houvesse o funcionamento sem estar coberto formalmente pelo contrato, nos termos em que veio a estar.

O Sr. Deputado perguntou se o corpo jurídico da Sonaecom vivia confortável com esta situação, se não questionava isto. Naturalmente, como disse, não é o desejável, o desejável era que os contratos aparecessem com mais celeridade, no entanto, o corpo jurídico da Sonaecom acompanhou em detalhe todas estas fases e procurava assegurar os consensos necessários a que a formulação final do contrato fosse aquela que mereceria o nosso acordo. Portanto, embora não estivéssemos confortáveis com o facto de as coisas se atrasarem, é óbvio que também estávamos a par do que se passava e, de alguma forma, isso dava o conforto aos juristas para o desenvolvimento do processo.

O Sr. Deputado perguntou se houve pruridos no que respeita à aceitação das contas da Fundação.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Sr. Eng.º, antes de passar a esse grupo de perguntas, no que se refere ainda às datas dos contratos, uma das perguntas que coloquei, e que é importante clarificar, pois ainda não conseguimos perceber a razão de tal acontecer, foi no sentido de saber por

que é os contratos celebrados entre o Ministério, a Fundação e cada um dos operadores individualmente remetem para a data de 30 de Agosto de 2008, quase duas semanas antes da criação da Fundação.

A minha pergunta foi esta: por que é que essa data é importante? Por que é que os contratos feitos entre os operadores, a Fundação e o Ministério remetem, todos, para esse dia em concreto, que é um período anterior à Fundação? A Fundação só foi criada no dia 11 de Setembro, portanto, é um período anterior, em quase duas semanas, à criação da Fundação, e é um sábado. Por que é que isso aconteceu?

Do que disse depreendo que o que eu referi também na pergunta que fiz é correcta, ou seja, que foi imposição por parte do Ministério das Obras Públicas. A minha pergunta é a seguinte: por que é que existiu essa imposição? Qual foi a justificação que deram?

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Sr. Deputado, não terei comigo toda a informação quanto a este processo nem a lógica jurídica de todas as decisões, mas quero dizer que, do ponto de vista da gestão, este era um processo em curso, para nós. A Fundação, quando é criada, herda um conjunto de responsabilidades que estavam associadas ao Fundo para a Sociedade de Informação e as responsabilidades que tinham sido estabelecidas no âmbito do desenvolvimento dos programas. Portanto, essa remissão para um momento anterior, para mim, teve sempre esta leitura, ou seja, no fundo, vem enquadrar as decisões tomadas ao abrigo das negociações que tinham tido lugar nas diferentes fases.

Como disse, em meu entender, não é a situação ideal, mas também procurei explicar as razões e que há uma dinâmica de mercado que impôs que as coisas estivessem a acontecer ao mesmo tempo que os procedimentos formais estavam a ocorrer sem a velocidade que gostaríamos.

Sobre a aceitação das contas, não fiz parte, nem tinha de fazer, dos fóruns em que esses assuntos foram discutidos. É normal haver, neste tipo de organizações, alterações, propostas, discussões. Acredito que elas terão existido ao nível, sobretudo, dos auditores que avaliam e analisam as contas da Fundação. Portanto, quando as contas eram apresentadas de acordo com os critérios que estavam em vigor nos contratos e validadas pelo respectivo auditor não tínhamos dificuldade em aprová-las; não foi outra coisa.

O Sr. Deputado perguntou se isto teve alguma a coisa a ver com as eleições. Posso dizer-lhe que, no que me diz respeito e no que diz respeito à Sonaecom, não teve absolutamente nada a ver. Procurámos, em todo o processo, acelerar, antecipar, no limite do que podíamos, a resolução destas situações. Como sabe, éramos (ainda hoje somos, mas na altura ainda mais) credores de fundos que para nós fazem diferença, que para nós era muito importante receber. Assim, a nossa preocupação foi sempre no sentido de antecipar e nunca de negociar qualquer data; foi sempre no sentido de procurar que o assunto se resolvesse o mais depressa possível. Portanto, sou totalmente alheio a qualquer coincidência das datas que referiu.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Qual é a pertinência do aditamento feito em 25 de Setembro de 2009? Por que é que existiu a necessidade de clarificar a posição do Ministério das Obras Públicas perante a Fundação para as Comunicações Móveis? Existia alguma dualidade de interpretação das obrigações criadas? Qual foi o objectivo?

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Sr. Deputado, o meu entendimento é que, conforme as responsabilidades sejam assumidas pela Fundação ou pelo governo, a forma de relevar isso é diferente, naturalmente. Portanto, antes de o contrato ter sido alterado, a relevação correcta nas contas da Fundação para as Comunicações Móveis seria uma; após essa alteração

será outra, mas os auditores é que tinham de ver se estava conforme, quer num caso quer noutra. Mas há alterações, naturalmente, conforme a responsabilidade seja da Fundação ou do governo; isso reflecte-se de forma distinta nas contas da Fundação.

O Sr. Deputado também me questionou sobre a apresentação pública do computador Magalhães, se estive presente, e perguntou como é que explico as coincidências das datas associadas a isso.

Estive presente e, como disse, este é um processo cujas primeiras fases começaram antes. Portanto, estive presente.

Não foi sem convite, fui convidado para estar presente. Portanto, não foi uma surpresa; era algo que eu sabia que ia acontecer, que estava a acontecer, que esse programa estava a ser feito, como referi.

No que diz respeito à apresentação do *Magalhães*, tive, há pouco, oportunidade de dizer que, quando fizemos a pesquisa sobre os diferentes computadores existentes no mercado, tínhamos conhecimento da existência desse computador, pelo que sabíamos que, perante todas as condições do caderno de encargos, havia um que satisfazia essas condições (quando questionados, verificámos que satisfazia as condições).

Quais as outras especificidades? São as que constam dos documentos. Havia um conjunto de coisas ligadas às características técnicas, ao *software* que devia ter, características ligadas ao idioma em que tinha de estar, características ligadas a prazos de manutenção para com os clientes e características ligadas ao preço. E, no conjunto de todas estas características, o único que encontrámos que as satisfazia era aquele — não sei se haveria duas ou três destas, além das técnicas, que eram satisfeitas ou não por outros; o que sei é que, da pesquisa feita, o único que satisfazia todas as condições era aquele.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Depreendo das suas palavras que esteve presente na apresentação do *Magalhães*, a convite do Ministério das Obras Públicas.

O Sr. **Eng.º Ângelo Paupério**: — Não sei se especificamente a convite do Ministério, mas penso que sim... Do Ministério, do Ministro ou do Secretário de Estado, já não me lembro...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A convite do Governo!

O Sr. **Eng.º Ângelo Paupério**: — Do Governo, sim!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Ângelo Paupério, começo por cumprimentá-lo e agradecer-lhe a disponibilidade para prestar estes esclarecimentos.

Não tentaremos (pelo menos, da parte do PCP) assacar nem tentar esclarecer questões que se prendam exclusivamente com a relação do Estado com a Fundação, tendo em conta também o papel em que aqui está, mas faremos tudo (e isto apenas para contextualizar a minha intervenção) para tentar perceber que negociações houve para, de certa forma, enquadrarmos aquilo que é, depois, a actuação da Fundação e do próprio Governo.

Logo no início, na primeira acta do Grupo de Trabalho UMTS, diz o seu presidente que há uma fronteira que não pode ser atravessada e que deve ser bem clarificada entre aquilo que é a mera actividade privada das empresas (neste caso, as empresas são exclusivamente as operadoras) e aquilo que é, de facto, um serviço de interesse público.

Mas, curiosamente, todas essas dúvidas que foram suscitadas — e dúvidas essas que, da nossa parte, entendemos, desde já, perfeitamente legítimas — são, na segunda acta, dissipadas. Portanto, decide-se avançar com toda a força e a todo o gás para um conjunto de iniciativas que o Governo apadrinhou sem pudor — aliás, praticamente fez delas uma importante bandeira da sua política.

Ora, quando fala aqui um representante do Governo, esta é uma bandeira e uma agenda políticas do Governo; agora que falam as vertentes privadas, ficamos um pouco mais tranquilizados, porque, afinal, o Governo limitou-se a deixar que as operadoras fizessem tudo o que lhes apeteceu.

O que quero perguntar-lhe é o seguinte: entre a primeira acta, em que é suscitado um conjunto muito significativo de dúvidas sobre o interesse da distribuição de terminais (é sobre esta iniciativa específica, que é precisamente a que corresponde ao e.escola e ao e.escolinha, que se suscitam as dúvidas), e a segunda, em que se decide avançar, num prazo de poucos meses, por ordem directamente do Ministério (já não colocando no processo, portanto, o presidente do Grupo de Trabalho UMTS), quais foram as negociações concretas que houve, neste caso, entre a Sonaecom (que é a única acerca da qual posso questioná-lo) e o Governo (e qual foi o agente que representou o Governo, quem era o interlocutor que representava o Governo?), tendo em conta a alteração substantiva de posição (de uma posição de dúvida sobre o interesse e o custo/benefício desta iniciativa, do ponto de vista do Estado, para uma outra posição de «vamos embora, vamos seguir em frente, o caminho é este!»)?

Ora, depreendemos que o Estado terá ponderado esta decisão e por isso perguntamos-lhe: que negociações houve, entretanto?

O Sr. Eng.º disse-nos aqui que as contrapartidas e os projectos de interesse que a Sonaecom apresentou foram, desde logo, clarificados. Mas também já tivemos aqui o actual presidente do Grupo de Trabalho UMTS a

dizer-nos que «tudo teve de ser renegociado, tivemos de partir da estaca zero, porque havia uma confusão tremenda na utilização das contrapartidas» (foram estas as expressões).

Só podemos depreender que, no meio de tudo isto, teve de haver negociações que clarificassem aquelas dúvidas ou, então, houve uma inflexão na posição do Governo (e é essa, como deve calcular, que nos importa apurar, pois os interesses da Sonaecom são perfeitamente legítimos, apesar de entendermos que ao Estado não cabe apenas assegurar esses interesses e os das restantes operadoras).

Relembro que perguntei também quem foi o interlocutor da parte do Estado durante essas negociações, ou seja, aquelas que decorrem à margem do Grupo de Trabalho UMTS, porque, entre uma acta e a outra é que se verifica essa inflexão.

Quero também colocar-lhe duas ou três questões relativas aos resultados das iniciativas. Esta operadora, neste caso, a Optimus, lançou um produto e esse produto é um terminal com acesso à banda larga (portanto, é um computador, um portátil, no caso, com acesso à banda larga). Quantos aderentes, qual a adesão a este produto? Qual é o «bolo» total e a facturação total? E quantos são e qual a facturação angariada, por via do e.escola?

Portanto, há uma operadora que lança um produto, parte do qual é claramente apadrinhada pelo próprio Governo, que usa, como contrapartidas, afinal de contas, aquilo que, aparentemente, vem a tornar-se mais um benefício para a operadora do que propriamente uma contrapartida para o Estado. O que gostaríamos de saber é — e isto para também sustentarmos, de certa forma, esta nossa interpretação — qual é a componente, neste produto (terminais com acesso à banda larga), que vem por via do e.escola e qual é a proporção na facturação.

A Fundação, ou o Governo, colocou, ou não, às operadoras a obrigatoriedade, em todos os produtos colocados no âmbito do e.escola, da presença da alternativa de *software* não proprietário, ou seja, de *software* livre? Foi uma opção da operadora, neste caso, não disponibilizar esse *software*, ou não houve esse desafio (não houve como sugestão, não houve como exigência)? Nunca vos foi exigido ou sugerido, para que o Estado português considerasse como contrapartida aquele determinado produto, integrado na vossa contribuição para a sociedade da informação, que os produtos deveriam ser apresentados também com uma alternativa em *software* livre? Por que é que, neste caso, apenas disponibilizou computadores com *software* proprietário?

Quero agradecer-lhe muito algumas notas que aqui nos trouxe, pois elas são (pelo menos, na interpretação que tenho feito até agora) bastante reveladoras de algumas contradições que se vão colocando e que, de certa forma, já foram afloradas pelos restantes grupos parlamentares, e quero apenas aprofundar esta matéria. É que, quando estive cá o Coordenador do Plano Tecnológico, o Eng. Mário Lino, ficou-me uma certa ideia de que a escolha dos computadores — neste caso, agora, referindo-me ao e.escolinha, a escolha do *Magalhães* — era livre, muito embora, como sabemos, toda ela tenha redundado no *Magalhães*. E ficámos agora a saber, com uma perspectiva um pouco diferente, que, afinal de contas, o Estado, neste caso, o Governo apresentou um pacote à subscrição — «Está ou não disponível para ser nosso parceiro neste programa?» —, mas o programa que o Estado apadrinha é, de raiz, o *Magalhães*. Ou seja, quando nos diz que há no mercado outras máquinas que cumprem determinados requisitos, para as quais a sua operadora poderia ter dirigido a sua opção, na verdade a que é apadrinhada e que pode ser considerada para integrar as contrapartidas e, assim, abater a sua dívida para com o nosso Estado (deixe passar estas expressões) é aquela e não outra, e é o *Magalhães* e não outro,

e é para esse que é chamado à sessão de apresentação. E é também esse que, curiosamente, serve de elemento de propaganda bacoca e provinciana um pouco por todo o mundo fora nas mãos do nosso Primeiro-Ministro.

Portanto, ou eu abusei, nesta interpretação que fiz, das suas palavras...

*Protestos do PS.*

Agradecia aos Srs. Deputados do PS que tratassem com mais dignidade esta Comissão, porque virem para aqui achincalhar, recorrentemente, não fica bem. A forma leviana como tratam a Comissão...

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Pedro Filipe Soares.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de concluir as suas questões.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sou responsável pelos comentários que faço...

*Protestos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Srs. Deputados, os trabalhos estão a correr bem, estamos a chegar a conclusões importantes nesta reunião. Por isso, presumo que todos temos interesse em que continuem a correr bem. Peço que colaborem nesse sentido.

Já terminou, Sr. Deputado Miguel Tiago?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Terminei, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Tem, então, a palavra, para responder, o Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**.

O Sr. **Eng.º Ângelo Paupério**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Tiago, vou tentar responder às questões que colocou.

A primeira delas tem a ver com uma alteração que identifiquei entre a primeira e a segunda acta das reuniões do Grupo de Trabalho UMTS, sendo que as questões na primeira pareciam menos claras para os decisores do Grupo de Trabalho, mas, depois, não hesitaram em subscrevê-las.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tal e qual!

Sr. **Eng.º Ângelo Paupério**: — Devo dizer que, para nós, foram sempre claras e, portanto, nunca tive de alterar qualquer posição. Tínhamos uma consciência muito clara de quais eram as obrigações que tínhamos assumido no processo de licenciamento — elas foram propostas e inscritas por nós — e sabíamos em que condições tinham sido colocadas.

O que mais nos preocupava era a inexistência de critérios objectivos que nos dessem o conforto de saber que as iniciativas que estávamos a tomar iriam ser avaliadas dessa forma — esta era uma nossa preocupação. Para nós, era claro o que queríamos e tínhamos proposto no processo de licenciamento. Portanto, os projectos que apresentámos antes desta segunda reunião do Grupo de Trabalho estavam, a nosso ver, perfeitamente integrados e cumpriam, pois diziam respeito àquilo que nos tínhamos proposto fazer e com os critérios que nos tínhamos proposto fazer.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas isso, para mim, é claríssimo. O que não é claro é como convenceram o Grupo de Trabalho da primeira para a segunda reunião. Gostávamos, pois, de saber quais foram as negociações, o que alterou a posição... É que a vossa é clara, desde o início, como é óbvio, é o interesse... Mas o Estado, ou, pelo menos, o presidente do Grupo de Trabalho revelou um conjunto de dúvidas. Como é que as sanaram? Como é que, de uma reunião para a outra, elas, pura e simplesmente, desapareceram?

O Sr. **Eng.º Ângelo Paupério**: — Que eu saiba, do lado da Sonaecom, só houve a tentativa de esclarecer, em cada uma das situações, por que é que defendíamos que elas estavam totalmente integradas no espírito que deveria conduzir à sua aprovação.

Mas também penso que é importante reconhecer, relativamente aos projectos apresentados, se não me engano por volta do ano 2000, no momento da licença, que, passados seis anos, a natureza de alguns desses projectos tem alterações, tem diferenças, pelo que já não fazem sentido como eram propostos no início. É preciso uma interpretação sobre isso. Portanto, admito que os membros do Grupo de Trabalho, antes de estarem totalmente esclarecidos e conscientes de que aqueles projectos que se integravam no espírito tivessem mais dificuldades em aceitá-los logo à partida.

Mas não me cabe a mim estar a explicar o estado de espírito ou de alma deles. O que penso é que o facto de se encontrar um quadro de acordo que permitisse alinhar muitos dos objectivos que estavam previstos no processo, um deles o da coordenação entre os contributos dos diferentes operadores e a sua adequação com as políticas que se pretendiam fomentar, o facto de se encontrar essa plataforma pode ter sido um factor que tenha ajudado o grupo de trabalho a enquadrar melhor estes projectos que foram

apresentados. Admito que sim, mas do nosso lado não houve alterações. Do lado de quem faz parte do grupo de trabalho provavelmente só eles poderão explicar. Eu, quando muito, faço estas presunções.

O Sr. Deputado pergunta-me quem foi o interlocutor da parte do Governo. Eu diria que são frentes distintas — o grupo de trabalho do UMTS tinha os seus interlocutores e as pessoas da empresa que explicaram aos membros do grupo de trabalho os diferentes aspectos dos projectos que nós tínhamos apresentado. No que diz respeito às negociações que conduziram a este acordo, houve vários intervenientes, quer do lado da Sonae, quer do lado do Governo — eu próprio tive reuniões com o Sr. Secretário de Estado, em que se abordou este tema, o programa, os objectivos do Governo para este programa, e com pessoas da Sonaecom. Houve vários interlocutores, como normalmente há.

O Sr. Deputado refere que nesse processo terá havido uma inflexão da posição do Governo. Como eu disse, não posso confirmar, nem sequer tenho condições para o fazer, embora reconheça que houve um empenho grande do Governo para que esta solução fosse possível.

Pergunta-me também quais os resultados destas iniciativas e que impactos tiveram no negócio e nas próprias iniciativas que tínhamos. E pergunta-me, em relação a terminais com acesso à banda larga, quantos são vendidos, quanto é que pesa... Confesso que não tenho essas informações de memória. O que posso dizer, no entanto, é que, a partir do momento em que existe o projecto e.escola, a grande maioria, a esmagadora maioria dos equipamentos vendidos são esses, porque correspondem a uma oferta comercial mais atractiva e há um grande número de pessoas que têm acesso a esses programas. Portanto, o mercado é que funciona assim. Havendo condições mais vantajosas, a procura concentra-se nessas ofertas. Portanto, o peso da venda de computadores no âmbito do programa e.iniciativas é muito maior do que o resto...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Mas disponibiliza terminais com acesso à banda larga fora desse programa.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Disponibiliza.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Portanto, esse programa representa a grande fatia de negócio de terminais com banda larga.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Representa.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Lançou um produto e, com o lançamento de uma iniciativa do Governo, esse produto foi claramente potenciado.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - É verdade, embora, no quadro da economicidade dessa solução, ela tem de ser analisada com os custos inerentes que tem. É óbvio que o valor económico das outras propostas é muito superior.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Por isso, é que lhe pedi os dados, quer de facturação, quer de número de terminais vendidos. Se pudesse, depois, fazê-los chegar...

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - A grande diferença está no contributo de cada um. Por exemplo, o preço dos computadores não é muito diferente, o problema é que como em relação a alguns deles temos de transferir montantes ao nível de contrapartidas e nos outros não temos, o ganho que

temos num programa como o e.iniciativas é muitíssimo inferior ao que tínhamos nos outros programas.

O Sr. Luís Gonelha (PS): - Por terminal.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Por terminal. Mas também são muitos mais terminais.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Conforme um conjunto de reflexões sobre o tempo de permanência dos clientes, etc., essa margem pode ser positiva ou negativa. Portanto, não controlámos quanto tempo o cliente se vai manter, se acede a outros produtos, se tem outro tipo de consumos. É muito fácil que, neste quadro, o contributo se torne negativo.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Mas quando lhe pedi esses dados era precisamente para saber. Porque está-me a dizer «pode ser negativo, pode ser positivo». É óbvio, isso é variável, mas pedia-lhe que, quando pudesse, nos desse essas notas.

O Sr. Luís Gonelha (PS): - *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador.)*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Miguel Macedo.*

O Sr. Presidente: - Srs. Deputados, tem sido habitual permitir que se façam estas precisões no decorrer das respostas. Portanto, é o que o Sr. Deputado Miguel Tiago está a fazer.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Está a dizer que o Sr. Eng.º Ângelo Paupério não pode fazer chegar a esta Comissão, de livre vontade, mesmo que eu lhe tenha pedido, a componente das vendas do e.escola e o peso que elas têm na sua facturação? Não pode porque o Sr. Deputado chumbou um requerimento do PCP? Muito bem, é uma concepção no mínimo enviesada...

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Eng.º Ângelo Paupério.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - O Sr. Deputado também referiu, sobre a presença de *software* livre nos computadores... Repare, sempre entendi, como disse, este programa numa lógica concorrencial. A capacidade dos diferentes operadores de tornarem as suas ofertas mais atractivas tem, obviamente, implicações no sucesso da sua penetração em termos de quota no mercado, do seu crescimento, etc.

Portanto, a possibilidade de introduzir valor acrescentado nas ofertas existiu (e existia), pelo que nunca senti essa limitação. Lembro-me que estava previsto, pelo menos num dos contratos, que os operadores poderiam e deveriam, na medida em que isso melhorava a oferta... Havia um incentivo no contrato para que tal acontecesse, embora não fosse numa lógica de obrigação.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - O Sr. Deputado Ramos Preto estava a confundir. Eu estou a falar do e.escola, não do e.escolinha. O e.escolinha, é claro, existe, está feito, está garantido.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Como disse, não tenho presente todos os contratos. Posso estar a referir-me ao e.escolinha e não ter a certeza... Mas os contratos estão disponíveis, pode ver-se.

O que é certo é que quer no e.escola, quer no e.escolinha nós, como operadores, sentimo-nos sempre motivados a melhorar a nossa oferta, coisa que fizemos em permanência para tornar o programa mais aliciante. Até porque, como dizia há pouco, a necessidade de fidelizar os clientes para que eles se transformassem em clientes de margem positiva era grande e, portanto, isso compete à capacidade de, depois, os operadores criarem essas condições.

Por último, o Sr. Deputado referiu que, da leitura que fazia, o programa e o caderno de encargos que nos tinham sido apresentados só permitiam aquele computador, o *Magalhães*. Penso que sobre isso, de alguma forma, já disse tudo o que tinha para dizer. Fizemos a análise daquela proposta, que é essa que refere, e cumprindo a totalidade daquelas condições só encontrámos aquele computador.

Devo dizer que, sob o ponto de vista comercial, também fazia sentido para nós. Era difícil ir pôr à venda um computador que não tivesse a visibilidade daquele, nem o apoio que aquele tinha tido num programa, pelo que também fazia sentido.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Eng.º.

Chegamos, assim, ao fim da primeira ronda de perguntas. Não sei se há Srs. Deputados que querem voltar a colocar perguntas. Recordo que as regras para a segunda ronda são diferentes. Uma vez que dispõem de menos tempo, exactamente metade do tempo, par formular perguntas, tenho a certeza que a capacidade de síntese dos Srs. Deputados vai permitir não esgotar esse tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. Jorge Costa (PSD): - Sr. Presidente, uso da palavra até para permitir tirar algumas conclusões.

Pedia, pois, ao Sr. Eng.º Ângelo Paupério se confirmava duas ou três das conclusões que retirámos.

Em primeiro lugar, é que a Sonaecom não teve a iniciativa da Fundação. A Fundação foi-lhes proposta.

Segunda conclusão: as características dos computadores foram impostas, uma delas o preço. Portanto, não foi iniciativa dos operadores definir as características dos computadores; foram-lhes impostas em função dos protocolos.

Terceira conclusão: não havia no mercado mais nenhum computador que cumprisse a totalidade das características, incluindo o preço. E o preço foi imposto.

Estas são as três conclusões principais.

Gostaríamos de perceber, porque ainda não o conseguimos apurar, o seguinte: entre Junho de 2007 e Setembro de 2008, isto é, no período em que não havia Fundação e em que só havia Fundo — havia um Fundo sem fundos; pelos vistos, o Fundo não foi capitalizado —, quem eram os interlocutores.

Nesse período houve distribuição de computadores, como já aqui foi confirmado pelo Sr. Eng.º Ângelo Paupério. Quem era, afinal, o interlocutor dos operadores? Era o Governo? Era a entidade gestora? Com quem falavam sobre essa matéria?

Quinta conclusão: em 30 de Julho de 2008, foi feita a apresentação pública do *Magalhães* — o célebre dia da propaganda. Nesse dia, foi assinado um acordo de princípios entre as operadoras e o Governo — tenho aqui o acordo de princípios que nos foi remetido e que está assinado pelo Ministro das Obras Públicas, pelo Ministro da Educação, pelas três operadoras mais a Zon TvCabo.

O Sr. Ramos Preto (PS): - Ah! As operadoras!

O Sr. Jorge Costa (PSD): - Sim, sim.

Esse acordo de princípios, assinado no dia 30 de Julho — é só um acordo de princípios, tem duas páginas — diz: «Ponto 1 - É criado o programa e.escolinha. Ponto 2 - O programa e.escolinha tem como objectivo dotar os alunos do 1.º ciclo do ensino básico...» Depois, o último ponto diz o seguinte: «Os termos e condições do presente acordo de princípios constam de protocolos a celebrar preferivelmente até 30 de Agosto de 2008.»

Não foi nada assinado até 30 de Agosto de 2008. Só assinaram, em 9 de Fevereiro de 2009, o tal contrato e.escolinha e depois as características dos computadores, em 16 de Abril de 2009. Ou seja, conforme dizia o Eng.º Ângelo Paupério, este era um processo que foi andando, foi caminhando. Portanto, foi-se tomando consciência, entre 30 de Julho de 2008 e Fevereiro de 2009, da existência do *Magalhães*.

O *Magalhães* foi apresentado em 30 de Julho e depois foi contratado em Abril. Mas quando é contratado em Abril é a única coisa que tinha sido apresentada até à data. Portanto, esta é uma conclusão que também podemos daqui retirar.

Coloco duas últimas questões.

Uma questão refere-se às licenças da Microsoft — o *Magalhães* tem licenças Microsoft. Pergunto-lhe: quem é que comprou as licenças da Microsoft? Foram os operadores ao fornecerem os computadores ou isto foi tratado, directamente, com a Fundação? E houve alguma facturação dos operadores à Microsoft? Se houve facturação dos operadores à Microsoft a que é que diz respeito?

Estou a falar de duas coisas diferentes: de quem adquiriu à Microsoft o *software* e, portanto, daí a facturação da Microsoft para os operadores, e se houve facturação em sentido inverso e por que razão.

Este acordo que foi assinado em 31 de Dezembro de 2008 relativamente às contas diz, na sua última página, que do total dos 115 milhões de euros que tinham sido comprometidos para estes programas estão por realizar contrapartidas no valor de 75 milhões de euros, ou seja, foram realizados 40 milhões e em 31 de Dezembro estão por realizar 75 milhões. Pedia-lhe que confirmasse isto, porque o Sr. Eng.º Mário Lino disse aqui que estava tudo realizado quanto a contrapartidas e essa era uma das razões que fundamentava o facto de este Governo ter avançado com um processo de concurso para os novos computadores porque já não havia mais contrapartidas. No entanto, este acordo assinado em 31 de Dezembro diz que estão 75 milhões por realizar.

Finalmente, gostaria de saber qual é o balanço que faz das ligações à banda larga no e.escolinha. O programa e.escolinha destinava-se a promover a distribuição de computadores e ligações em banda larga. Neste programa, como sabemos, não era obrigatório a ligação de banda larga. Como já ouvimos aqui falar de apenas 1000 ligações em 400 000 computadores, o que nos parece muito pouco, gostava de saber qual é o balanço que faz.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Deputado Jorge Costa.

Tem a palavra o Sr. Eng.º Ângelo Paupério.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - O Sr. Deputado pede-me para confirmar se é verdade que a Sonaecom não teve a iniciativa da Fundação. É verdade, não tenho conhecimento de ter sido nenhuma iniciativa proposta por nós e penso que esclareci em que contexto apareceu a Fundação.

Pedi-me também para confirmar se as características dos equipamentos nos foram impostas. Diria que, na medida em que a partir do momento em que aceitamos um caderno de encargos elas nos são impostas,

sim. No momento em que nos apareceu o cadernos de encargos, se tivéssemos sugestões para alterar, com certeza que as teríamos podido fazer. Mas, como disse, este processo ocorria em paralelo com os diferentes operadores e que tinha de ter alguma uniformidade e, portanto, nesse sentido, forma fechadas um conjunto de características que aceitámos como tal.

Pede-me também para confirmar se não havia no mercado nenhum outro computador que satisfizesse a totalidade das condicionantes que eram previstas no caderno de encargos. O que posso dizer é que, da pesquisa que fizemos (e alguma foi feita), não encontrámos nenhum outro. Portanto, confirmo.

Pergunta-me, entre Junho de 2007 e Setembro de 2008, quem são os interlocutores dos operadores. Este programa, no que diz respeito à Sonaecom, foi no dia-a-dia gerido por uma equipa que tem responsabilidades nesta área de negócios, especificamente na banda larga e no tipo de serviço que estava aqui subjacente. Portanto, do nosso lado, as pessoas que estiveram mais envolvidas nesse processo foram as pessoas dessa unidade de negócio, que interagiram sobretudo com um conjunto de pessoas ligadas à Secretaria de Estado das Obras Públicas que foram os nossos interlocutores nesse processo.

O Sr. Deputado pede-me ainda para confirmar a minha afirmação de que este processo foi um processo que foi ocorrendo, foi «andando» (é a sua expressão) durante os períodos citados, sem que todas as formalizações tivessem ocorrido previamente ao acontecimento dos factos a que dizem respeito. É verdade que houve partes do processo que se adiantaram, para o bem e para o mal, em relação ao que a formalização fazia entender.

Sobre a relação com a Microsoft, sei que existe relação da Sonaecom com a Microsoft em várias frentes. Não tenho presente quem comprou as licenças. Sei que as licenças da Microsoft eram um dos aspectos que estava

previsto neste caderno de encargos... Sei, não! Penso saber, mas tenho de confirmar, porque não tenho presente o contrato. No entanto, não tenho informação sobre qual a facturação ou se houve facturação directa à Microsoft referente aos computadores do programa *Magalhães*, que penso que era a isso que se referia.

Quanto aos montantes por realizar, no acordo que foi assinado com o Governo fazíamos referência à aceitação de que neste programa de e.iniciativas pudesse haver um investimento da Sonaecom até 115 milhões de euros. No âmbito desse programa, terão sido realizados neste momento penso que menos de 50 milhões de euros. Portanto, neste momento (esse será com certeza anterior ao diz de hoje) há um montante de contrapartidas do total dos 274 que ainda não está realizado.

O Sr. Jorge Costa (PSD): - *Por não ter falado ao microfone não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Perdão, estava a não fazer aqui o balanço das ligações à banda larga do e.escolinha. Não conheço o que se passará com os outros operadores. No nosso caso e de alguma forma para nós não muito surpreendentemente, o número de ligações é muito reduzido, compatível com os números que citou.

O Sr. Jorge Costa (PSD): - *Por não ter falado ao microfone não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - No caso da Sonaecom ainda menos, com certeza.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Eng.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Gonelha.

O Sr. Luís Gonelha (PS): - Sr. Presidente, Sr. Eng.º Ângelo Paupério, muito obrigado por ter acedido ao convite para vir aqui, à Comissão.

Início esta intervenção, fazendo algum ponto de situação.

A Sonaecom foi uma das operadoras que ganhou a licença de UMTS em 2000. Nessa licença de operador de UMTS tinha duas contrapartidas: um pagamento de 100 milhões de euros pela licença e uma «contrapartida» de projectos no valor que se calculou em cerca de 274 milhões de euros. Isto verificou-se em 2000, aquando do concurso das licenças para a UMTS.

Em 2007, o Governo, juntamente com a Sonaecom, concluiu que os 100 milhões tinham sido pagos em 2003, salvo erro, e, dos 274 milhões, 63 milhões já considerava estar realizados, ou seja, dos projectos avaliados em 274 milhões de euros, 63 já estariam realizados e, portanto, faltaria realizar 115 milhões de euros. Nessa altura, o Governo pretende que a Sonaecom gaste esses 115 milhões de euros no programa e.escola, que tem dentro dele, posteriormente, o e.escolinha.

Também nessa altura, por a Oniway ter deixado de ter a licença por várias razões, foi decidido também pelo Governo que, em contrapartida dessa licença da Oniway, as três operadoras teriam de pagar pouco mais de 24 milhões de euros, o que daria cerca de 8 milhões a cada operador, e que isso, sim, era pago em dinheiro e seria colocado no Fundo para a Sociedade da Informação que, posteriormente, foi transformado na Fundação para as Comunicações Móveis. Isto foi só para situar e dizer o que era dinheiro e o que não era dinheiro.

Já aqui vimos, através das perguntas do Sr. Deputado Jorge Costa, o que é que já foi gasto, o que é que estava gasto até 2009, o que é que falta gastar desses 115 milhões de euros.

No programa e.escola a contribuição era  $x$ , mas queremos aqui saber,

se nos puder especificar, se grande parte dessa contribuição estava não em distribuição de computadores mas, sim, nas contribuições que a Sonaecom dava nos descontos para as ligações de banda larga. Este é o ponto número um.

Gostaria que esclarecesse também outro ponto: presumi que houve uma negociação, mas que a Sonaecom não esteve envolvida na definição das características dos computadores a serem distribuídos no programa e.escola.

Em terceiro lugar, quantos computadores em *open source* a Sonaecom vendeu no programa e.escola? Convém aqui referir que o programa e.escola é para o ano lectivo 2008-2009.

O Sr. Presidente: - Só dispõe de mais um minuto, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Gonelha (PS): - Vou concluir, Sr. Presidente.

Portanto, gostaria de saber se confirma que em Julho de 2008 houve um acordo entre o Estado e os operadores para lançarem a iniciativa e.escolinha e que isso foi um acordo e não uma imposição da parte do Governo, visto que foi assinado por todas as partes. Portanto, pergunto-lhe se sentiu liberdade ao aderir a esse programa ou se foi, por assim dizer, forçado a essa adesão.

Também gostaria que me confirmasse que, entre Agosto e Setembro de 2008, antes das aquisições e entregas dos computadores do e.escolinha aos seus beneficiários, foram definidos entre as operadoras e o Estado essas características técnicas mínimas e os preços máximos e que isso também foi feito para o e.escola. No entanto, pensava que tinha ficado claro na alocação de outra personalidade, mas surgiu aqui a dúvida se houve um esforço enorme da parte das operadoras para conseguirem obter os computadores aos preços que estavam estipulados nesses programas, quer

no e.escola quer no e.escolinha, e que foram as marcas que conseguiram fornecer computadores com aquelas características, àquele preço, por negociação com as operadoras e que foram baixando os preços. Digo isto, porque é bem verdade e é do conhecimento público que, se for eu a ir adquirir um computador portátil com aquelas características ao mercado, não consigo adquirir esse computador a 507 € a unidade. Portanto, penso que, tanto no e.escola como no e.escolinha, foram as operadoras junto dos fornecedores que conseguiram que fornecessem aquele equipamento àquele preço.

O Sr. Presidente: - Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Eng.º Ângelo Paupério.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Sr. Deputado, quando fez a síntese das obrigações respeitantes à licença, referiu o pagamento da licença propriamente dita de 100 milhões mais o conjunto de projectos que foram apresentados e que foram valorizados em 274 milhões. Em 2007, já estavam realmente realizados 63 milhões e faltavam, portanto, não 115 milhões, mas 210, mais ou menos.

Ficou acordado que, desses 210, 115, no máximo, ficariam afectados a estes programas e-iniciativas e os outros continuavam com os projectos que a empresa tinha desenvolvido ou iria desenvolver, no quadro da sua proposta inicial.

Também confirmo a informação que deu do que tinha sido definido em despacho do Ministro da Economia sobre a atribuição de frequências adicionais aos três operadores, que resultou no pagamento dos 25 milhões de euros, que estiveram na base da constituição do Fundo da Sociedade da Informação.

As contrapartidas que a Sonaecom negociou no âmbito do programa

e.escola são, sobretudo, os descontos que feitos nas tarifas a que os subscritores têm acesso e também em componentes do computador que recebem, porque há uma comparticipação por computador, porque há custo de equipamento que é introduzido ou disponibilizado com o computador para aceder à banda larga. Portanto, não são só os descontos, mas também o custo dos equipamentos que são suportados pelo operador para que seja possível que o cliente tenha acesso à banda larga.

Portanto, é aí, sobretudo, que residem as contrapartidas ou a contribuição que conta para aquele montante até 115 milhões.

O Sr. Deputado também refere que, na negociação que terá havido para definir quais as características dos computadores, a Sonaecom não esteve envolvida.

Devo confessar que, no programa e.escola, as características dos computadores evoluíram muito ao longo do tempo e, portanto, deixaram de ser propriamente as características iniciais e passaram a ser aquelas que, comercialmente, os operadores conseguiam junto do mercado para terem mais aceitação.

O Sr. Deputado também me perguntou quantos computadores a Sonaecom vendeu no programa e.escola. Confesso que não sei se essa foi uma das informações que foi transmitida. Não tenho a certeza de ter o número certo, e sobretudo, para nós, o programa e-iniciativas é mais global do que o programa e.escola.

Portanto, o conjunto das relações com a Fundação, para nós, tem a ver com a totalidade desse programa.

Penso que, no que diz respeito ao programa e.escola, a informação que tenho, e que agradeço que me dessem oportunidade de confirmar, é a de que ronda os 190 000 equipamentos.

O Sr. Luís Gonelha (PS): - No total!

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Sim, é no total.

O Sr. Deputado também me perguntou se o que aconteceu em 2008, no acordo que foi estabelecido, foi realmente um acordo ou se não me senti forçado...

É óbvio que foi um acordo, em todo o sentido da palavra, foi negociado, foi um acordo e foi de livre vontade. Tanto quanto pode ser um acordo que envolve a totalidade de um mercado - esta é a única ressalva que eu gostaria de deixar. É que é muito difícil que não haja externalidades se um operador não participa num programa que envolve a totalidade do mercado. Mas isso fez parte das regras do jogo. O que não quer dizer que, se as circunstâncias não fossem essas, o acordo seria diferente. É possível. Mas as circunstâncias foram essas e assinámos o acordo de livre vontade, porque achámos que era o melhor para a empresa assinar aquele acordo naquelas circunstâncias.

As características técnicas mínimas dos diferentes programas foram impostas no quadro do conhecimento de que existia, no mercado, essa oferta. É óbvio que, como eu disse, os operadores, ou a Sonaecom (só posso falar por ela) fez o possível por criar o ambiente comercial mais conveniente e, como disse, estou perfeitamente de acordo, fez um grande esforço para assegurar as melhores condições em tudo o que dissesse respeito a este programa. No caso do e.escola, que teve uma vida maior, foi possível materializar e ver essa evolução ao longo do tempo.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - Sr. Presidente, gostaria de precisar algumas coisas.

Pergunto ao Sr. Engenheiro o seguinte: de todos o valor até agora

realizado em contrapartidas, ou validado como pertencendo à contrapartida, gostaria de saber se houve um ou outro programa que tenha ficado de fora dessa validação.

Na altura, quando falámos com o Presidente da Comissão de Validação havia, de facto, alguns programas que não cabiam, não faziam sentido e gostaria de saber se isso aconteceu à Sonaecom e quantos.

Registei o valor ainda em falta, porque isto é importante. Às vezes, poderá parecer que não ouvimos bem. O problema é que começamos com 1,3 milhões, depois passamos para 931 e, entretanto, perdemos o rasto a essa diferença.

O Sr. Presidente: - Não, são 1300 milhões.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - Tem razão, Sr. Presidente, 1300 milhões. A dificuldade em nos entendermos, quando começamos num valor e estamos a falar de outros substancialmente diferentes sem que se saiba o que é aconteceu entretanto, até dá estes lapsos.

Era previsível que este programa fosse até 2015, 2016, se não me falha a memória. Era a data prevista para esgotar, ou seja, 15 anos...

Ora, perguntei por que é que o Governo agora optou por um modelo. A resposta que o Sr. Ex-Ministro dava era a de que se tinha esgotado a verba. Esgotou-se a verba, não há mais dinheiro na Fundação e, portanto, agora...

*Aparte inaudível.*

Agradeço essa colaboração do Partido Socialista, que aprecio sempre.

Gostaria de saber exactamente o que é ainda falta e qual é o

montante exacto da dívida da Fundação à Sonaecom e porquê. O contrato diz que os senhores só pagam ao fornecedor depois de receber da Fundação. Portanto, tem de haver uma validação. A Fundação paga às operadoras e só, posteriormente, é que pagam aos fornecedores. Portanto, não quero saber quanto é que devem às JP Sá Couto no caso do e.escolinha, mas interessava-me ter os valores.

Depreendi das informações que deu que o e.escola era o único que obrigava o acesso à *Internet*. Na resposta que deu ao Sr. Deputado Jorge Costa, percebemos que o e.escolinha redonda num total fracasso nessa matéria. Depois de ouvir todas as outros operadores, presumo que o valor das pessoas que aderiram à banda larga não será muito diferente. Mas esse único computador deixa-nos com a ideia clara e é preciso ver se ele tinha qualidade ou não.

No e.escola, tem ideia de quantos HP, quantos Toshiba, quantos ISUS - na altura a J.P. Sá Couto não tinha o *Magalhães*, mas tinha, se não me falha a memória o Tsunami - foram vendidos. Qual era o tipo de computadores vendidos, não sei se os consegue quantificar, mas poderá, eventualmente, dar uma ordem de grandeza. Obviamente, no e.escolinha, é 100% JP Sá Couto, 100% *Magalhães*.

O contrato diz que, para além de as operadoras ficarem com a incumbência de negociar um prazo de pagamento de 90 dias (deve ser para haver essa *décalage*), as operadoras não ficam responsáveis nem pelo fornecimento, nem pela facturação, nem pela assistência técnica, porque essa passa a ser uma responsabilidade da Fundação.

Tem ideia das queixas, das avarias e da forma como o fornecedor trata este tipo de questões?

Tem ideia da qualidade deste aparelho, que é quase 100% português? Pelo menos o nome é, quanto ao resto, veremos mais à frente que não é tanto assim...

Pergunto, por último, coloco outra questão, porque é outra das nossas dúvidas.

Assistimos todos a um conjunto de promoções e dados promocionais do programa *Magalhães*. Há um conjunto de protocolos assinados inclusivamente com a Microsoft que prevê um conjunto de promoções. Gostaria de saber se a vossa empresa participou, pagou ou esteve directamente envolvida numa acção formação do *Magalhães*.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Eng.º Ângelo Paupério.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: - Sr. Presidente, o Sr. Deputado começa por me perguntar se, dos projectos que apresentámos, houve projectos não validados.

Houve projectos não validados e houve projectos questionados nos montantes ou na globalidade do processo. Portanto, alguns foram, outros não. Não tenho nem posso precisar o grau de formalização das validações, mas houve muitos que foram falados e que não foram validados.

No que diz respeito aos montantes em dívida, o Sr. Deputado refere - e bem - que o programa de contributos para a Sociedade da Informação, apresentado pela empresa no licenciamento do UMTS, era um programa com a vida útil da própria licença e que se suportava nos projectos que eram apresentados.

Também é verdade que, tendo a oferta em UMTS começado a ser disponibilizada em finais de 2003, é natural que a capacidade de desenvolver projectos associados ou mais próximos daquela tecnologia e massificados com mais valor pudesse acontecer crescentemente no tempo. Apesar de haver já um volume considerável de projectos naquela data, numa lógica de linearização dos contributos, decorridos já tantos anos sobre a licença, era expectável que esse montante fosse crescente.

As negociações que originaram estas alterações no processo aceleraram muito a realização dessa contrapartida, na medida em que criaram estas condições, porventura ocorreriam mais tarde se estivessemos no normal decorrer do processo anterior.

O sucesso ou insucesso, a actividade que resulta deste programa, no caso da Sonaecom e nos termos em que negociámos com o Governo, conduziu já ao consumo de obrigações na componente prevista para o e-iniciativas da ordem dos mais de 40 milhões de euros, menos de 50, diria da ordem dos 70 milhões de euros, o valor das obrigações que estão por realizar e que seria o máximo que podíamos realizar no quadro do acordo por iniciativas associadas a estes programas.

Portanto, seria esse o valor máximo.

Devo confessar que no dia de hoje, em que estamos a falar, estão a ser consumidas, este valor está a acontecer, portanto, está a diminuir.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É só para ficar claro que ainda falta alguma verba e, portanto, o Fundo está longe de se extinguir, que é para perceber porque é que o Governo muda, de facto, ainda com verbas disponíveis no Fundo, para um concurso público aquilo que antes era feito por adjudicação directa.

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — O Sr. Deputado também refere — e bem! — que na oferta comercial que foi feita para os computadores do e.escola havia diferentes marcas — Toshiba, Asus, Dell — que foram disponibilizadas.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Reparei que não falou em Tsunami, foi porque não havia mesmo ou também havia?!

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — Confesso que não sei. Lembro-me de ter visto ofertas de alguns destes. A questão era muito esta: os operadores escolhiam aqueles que tinham condições de comercialização mais interessantes. Mas acredito que até pudesse haver esses computadores num operador e noutro não. Isso podia acontecer.

O que acontece é que havia, realmente, várias marcas e não tenho informação de a oferta ser desproporcionalmente maior num operador ou noutro. Com características diferentes, era o mercado a funcionar. Não tenho informação de haver um que fosse único.

Gostava de dizer também, em resposta ao que me perguntou, que não tenho qualquer informação de particulares queixas em relação a qualquer das marcas que nós comercializámos, incluindo o *Magalhães*. Não tenho informação, embora, como disse, no que diz respeito aos diferentes programas, o tipo de intervenção do operador é diferente, mas não tenho qualquer informação ou não me chegou qualquer informação, que desse como particularmente mais sensível ou de menor qualidade objectiva algum dos computadores.

Por último, pergunta-me se estivemos envolvidos na negociação com a Microsoft. Pelo menos, foi isto que entendi, mas, se calhar, entendi mal.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não. Era...

O Sr. **Presidente**: — Se teria contribuído, de alguma forma, para a promoção do *Magalhães* nos vários...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Aquele programa das crianças, aquele grupo coral dos professores a favor do *Magalhães*...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, eu destaco a vossa boa disposição.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, eu posso precisar. Não quero que as minhas perguntas dêem...

O Sr. **Presidente**: — Já vamos com três horas e meia de audição...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Para algum momento de boa disposição sim, mas não para retirar importância.

Para nós é fundamental, porque disse — e bem — que houve um conjunto de iniciativas não validadas. Nas contrapartidas era validável a promoção ou qualquer acto que ajudasse a divulgação das novas tecnologias de informação.

Portanto, o que quero saber é se, de facto, nesse conjunto de promoções, que, no fundo, têm esse objectivo, a Sonaecom teve ou não alguma participação, que é para, quando chegarmos ao fim, a Comissão ficar a saber quem é que pagou aqueles actos de promoção, alguns elegíveis e outros até engraçados. Como vê, não é motivo para riso.

O Sr. **Presidente**: — Está entendido.

Tem a palavra, Sr. Eng.º.

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — Sr. Deputado, não tenho conhecimento de qualquer programa específico de promoção associado ao *Magalhães*. Mas gostava de precisar o seguinte: a lógica deste Programa, no caso do e.escolinha, era que os operadores fossem confrontados com os pedidos feitos ao nível das escolas para um determinado número de computadores, que eram fornecidos através do operador A, B ou C.

Portanto, era a questão da visibilidade da marca e da relação com os clientes que levaria os pais, os decisores ou outros elementos que contribuía para a decisão da escolha do operador e, por isso, era importante alguma visibilidade e algum esforço comercial. Admito, por isso, que tenha havido qualquer forma de promoção da Optimus ou das marcas que nós temos no quadro dessa visibilidade que é preciso dar à marca, que é o que distingue e o que contribui para o processo de decisão de quem escolhe a marca. Mas não tenho conhecimento de qualquer iniciativa nossa ou de termos contribuído para qualquer iniciativa que não fosse da responsabilidade do *marketing* da Sonaecom.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Eng.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como introdução e avaliação do que ouvimos aqui hoje, quero dizer que, efectivamente, as dúvidas e as preocupações que tínhamos sobre a adjudicação, sobre todo o processo de criação do Programa e.escolinha e sobre a sua posterior concretização com o *Magalhães* e com a J. P. Sá Couto, mais do que meras dúvidas, são já, podemos dizê-lo, a concretização, pela negativa, das preocupações que tínhamos.

Evidentemente que o que nos foi dito, no passado, sobre o livre arbítrio dos operadores é colocado em causa quando percebemos que o

caderno de encargos foi feito especificamente para só poder ser cumprido pela J. P. Sá Couto com o *Magalhães*.

Percebemos isso também, quando o ex-representante do Plano Tecnológico, Carlos Zorrinho, nos disse que a J. P. Sá Couto se preparou para este Programa, e isso, efectivamente, ocorreu. A J. P. Sá Couto preparou-se para este Programa, na medida em que os operadores também tiveram uma série de reuniões de preparação para a criação do Programa e.escolinha. Foi isso que percebemos hoje aqui.

E percebemos também a inevitabilidade da escolha do *Magalhães*, não apenas pela restrição do caderno de encargos mas também pela publicidade que o próprio Governo promoveu ao *Magalhães*, tornando-o inevitável pela tal escolha comercial e de concorrência que nos foi aqui trazida pelo Eng.º Ângelo Paupério.

Por isso, face a estas contradições em relação ao que nos foi dito pelos responsáveis governamentais, particularmente pelo Eng.º Mário Lino, contradições que são visíveis na documentação e nos diversos depoimentos que temos tido aqui, iremos, no final desta reunião, apresentar um requerimento para uma nova audição do Eng.º Mário Lino no final de todas as audições que temos previstas, porque achamos que é essencial que tal aconteça para clarificação dos factos.

Quero fazer-lhe uma pergunta, que há pouco não foi respondida, que é em que momento do dia 30 de Julho de 2008 foi assinado o acordo de princípios que cria o comprometimento dos operadores — da TMM, da Vodafone, mas também do Optimus, da Sonaecom — em relação à iniciativa e.escolinha. Pergunto-lhe se foi antes, durante, após, à margem da apresentação do *Magalhães* no mesmo espaço e se o apadrinhamento que o Governo teve do *Magalhães* foi até este nível de pormenor. Porque isso, há pouco, não ficou clarificado.

Uma última pergunta, para, no fundo, clarificar melhor a visão que a Sonaecom tem do Programa e.escolinha. Depreendi de todas as intervenções que fez ao longo desta tarde que a visão que a Sonaecom tem do e.escolinha é a de ter sido uma intermediária de dinheiro entre a Fundação e a J. P. Sá Couto, porque as activações que representavam o negócio da Sonaecom e os compromissos da Sonaecom para com a Fundação resumiram-se a poucas centenas e, por isso, o grosso do bolo de *Magalhães* distribuídos pela Sonaecom foi feito com os custos assumidos pela Fundação, através de dotações que teve por parte do Ministério das Obras Públicas. Este é um ponto essencial para percebermos também de onde é que veio o dinheiro para pagar o *Magalhães*.

Eram estas as perguntas. Nada mais tenho a acrescentar, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Eng.º Ângelo Paupério.

O Sr. **Ângelo Paupério**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado põe-me essencialmente duas questões.

Em relação a uma delas tenho um bocadinho de dificuldade em responder. Sei que é possível verificar exactamente em que momento foi feita a assinaturas, mas não me lembro quando. Obviamente que, quando um documento destes é assinado, o seu conteúdo, o que vai ser assinado, já é conhecido. Portanto, o que tenho presente é que foi antes dessa data que nós, Sonaecom, analisámos os documentos que iam ser assinados e manifestámos o nosso acordo. Portanto, houve ali uma formalização, mas não lhe sei dizer exactamente como é que ela foi feita, embora seja fácil reconstituir isso, porque foi numa sessão pública.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Peço que faça chegar a esta Comissão — e estou a pedi-lo informalmente, mas, se, para tal, for necessário, colocaremos o requerimento à Comissão, mas penso que não é necessário tanto — exactamente os documentos que indiquem o momento, isto é, se foi no Pavilhão Atlântico, à margem da apresentação do Magalhães, ou se foi em qualquer outro sítio, para percebermos bem como aconteceu.

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — Depois, o Sr. Deputado pede-me para caracterizar o papel da Sonaecom, enquanto operador no processo e.escolinha, se é de mero intermediário. Eu acho que, se compararmos a dimensão que os números atingiram nas componentes em que seríamos mais chamados a intervir como operador com a parte em que fomos um viabilizador do processo, que a parte em que fomos chamados como operador é, obviamente, diminuta e, portanto, nesse aspecto, houve um grande contributo de intermediação mais do que de especificidade do negócio de operador.

Confesso, como já tive oportunidade de dizer, que a nossa expectativa não era a de que este Programa pudesse ter um impacto muito grande nos primeiros tempos sobre acessos à banda larga, mas admito que a expectativa pudesse ser outra, pelo menos a de que não houvesse tanta disparidade entre o número de computadores dados e aqueles que foram ligados à banda larga. Eu diria que bastava que fosse algo maior para poder ser um contributo importante para a divulgação da banda larga, mesmo que, sob o ponto de vista comercial, não tivesse grande impacto.

Mas o que é certo é que a conclusão que tirou é verdadeira. O número de ligações à banda larga comparado com o número de computadores que foram distribuídos é muito reduzido e, portanto, o nosso papel foi muito mais de intermediário.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — No e.escolinha!

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério**: — No e.escolinha, claro.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Eng.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ainda há pouco tempo, o Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis disse aqui na Assembleia da República que era uma exigência para o Programa e.escola a disponibilização das máquinas equipadas com *software* em alternativa. Portanto, enquanto no e.escolinha há uma exigência para o *dual boot*, uma em *software* livre e outra, no caso, da Microsoft, no e.escola foi aqui dito que o operador deveria sempre disponibilizar, ainda que não em *dual boot*, uma versão de *software* livre.

O Sr. Deputado Luís Gonelha perguntou-lhe quantos computadores vendeu baseados em *open source* e eu arriscaria dizer nenhum, porque a Optimus não disponibilizou a vertente em *open source*.

A questão que gostava de lhe colocar, remete-nos para duas conclusões — e eu julgo que não estarei a abusar ao inferir isto: ou o Dr. Mário Franco se enganou a prestar essa informação e, portanto, essa não era uma exigência, e essa pode ser uma das conclusões, ou os operadores acabam por ter a última palavra a dizer, mesmo perante estes requisitos, e, portanto, se não considerarem que isso é benéfico comercialmente, acabam por não o cumprir, e isso não significa que se excluam essas máquinas e esses terminais do abate nas contrapartidas em causa.

Mas há esta dúvida. O Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis diz-nos que uma das exigências é a disponibilização

em alternativa de *software* livre. Vamos lá a ver. A dúvida que surge é se, ao fim e ao cabo, isto foi uma bolsa brutal de novos clientes Microsoft/Intel ou se houve, no mínimo, algum pudor e respeito pela coisa pública na gestão destas contrapartidas. Ao fim e ao cabo, elas acabaram por ter apenas um retorno para a operadora Microsoft/Intel e pouquíssimo retorno público. Portanto, importa-nos perceber qual é o retorno público efectivamente, do ponto de vista objectivo, para o País.

Aproveito, porque vem a «talhe de foice», para lhe perguntar quantos «clientes» — esta é a expressão mais correcta neste caso — não pagam atempadamente as prestações dos serviços que contratualizaram. Faço esta pergunta porque esse número, parecendo que pode ser descabido, dá-nos uma indicação de quantas pessoas de facto queriam contratar estes serviços.

Estou a falar no âmbito do e.escola, particularmente, quando quero saber quantas pessoas queriam de facto contratar o serviço, neste caso com esta operadora. Mas julgo que era muito importante para esta comissão ter uma noção de quantas pessoas ficaram clientes deste serviço de acesso a banda larga, porque não deixamos de considerar que é algo preocupante saber que mais de 80% das pessoas a quem o Governo anda a dizer que espalhou a banda larga já tinham o serviço de banda larga. Há portanto, algumas contradições, porque isto também reflecte o grau do ganho público destes programas. É por isso que estamos a colocar estas questões.

Continuo a pedir-lhe — e faço-o com respeito obviamente pela sua decisão, mas também tendo em conta uma decisão desta Comissão — que nos faça um apanhado da componente quer em número de vendas quer em facturação relativa e absoluta do e.escola.

Aproveito também para lhe perguntar se antes do e.escola a Optimus já disponibilizava terminais com acesso à banda larga ou se iniciou esse negócio na altura em que ele constituiu o e.iniciativa.

No relatório do Plano Tecnológico da Educação, a determinada altura, diz que o Estado «apadrinhou» ou apoiou iniciativas privadas de venda de terminais com acesso à banda larga. Mas há alguma indefinição em torno desse programa, porque ele não aparece em mais lado nenhum e ninguém sabe o que lhe aconteceu. Por isso gostávamos de saber se a Optimus participou, se a Sonae participou e quais foram esses apoios que teve, ou se essa primeira tentativa foi tão gorada que o e.escola «salvou a face» da venda de terminais com banda larga.

Aproveito para informar a mesa e a Comissão que o requerimento que o PCP apresentou para requerer o relatório e contas das operadoras, por acaso (tomei como boas as palavras do Sr. Deputado Luís Gonelha), mas foi aprovado por unanimidade.

Portanto, fica como nota de rodapé.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Ele votou sem saber o que estava a votar!

O Sr. Ramos Preto (PS): — Peço a palavra para uma interpelação à mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Sr. Presidente, alguns dos Srs. Deputados utilizam aquilo que entendem que foram declarações de outros senhores aqui para depois fazer perguntas.

A minha interpelação é no sentido de serem disponibilizadas à Comissão as declarações do Sr. Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis, porque, em meu entender, nessa *Acta*, ele diz que

os adquirentes podiam optar por Microsoft ou por outro e as operadoras disponibilizariam. É isso? É o que está escrito e é o que está correcto.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não vamos discutir essa questão. Essa *Acta* já foi distribuída aos Srs. Deputados e podem consultá-la.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Sr. Presidente, esta interpelação, dita assim, sem uma clarificação, pode parecer, de facto, ...

O Sr. Presidente: — Mas a interpelação era à mesa, Sr. Deputado, e a mesa estava a tentar responder, nos termos que são adequados, ou seja, essa *Acta* já foi distribuída, está passada em papel. VV. Ex.<sup>as</sup> podem confirmar ou infirmar...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Mas é que, do ponto de vista operacional, não há diferença, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Já lhe vou dar a palavra, Sr. Deputado.

Só queria dizer, em relação à tal votação anterior, que pode ter ocorrido alguma confusão nessa matéria porque na altura foi rejeitado um requerimento. Mas não foi das contas. As contas de 2007, 2008 e 2009 foram aprovadas por unanimidade e o que foi recusado foi um pedido que tinha a ver...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Os cadernos de encargos!

O Sr. Presidente: — ... com os cadernos de todas as contrapartidas e cadernos de encargos, porque foi entendido na altura (estou a citar livremente o que foi dito) que isso excedia o objecto da Comissão de Inquérito.

Portanto, as contas foram de facto aprovadas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Sr. Presidente, é uma clarificação quase que técnica, mas entre as palavras do Sr. Deputado Ramos Preto e as minhas verifica-se uma diferença operacional nula, porque o facto de eu poder optar, se quando eu chego à loja onde me é vendido o terminal e ele vem com uma licença Microsoft, é óbvio que chego a casa e posso instalar outro *software* qualquer. Ninguém poderá impedir isso. A questão é se eram obrigados a disponibilizar ou não. É só isto. Obviamente que a pessoa depois pode usar.

O Sr. Presidente: — Está esclarecido.

Para a última bateria de respostas, tem a palavra o Sr. Eng.º Ângelo Paupério.

O Sr. Eng.º Ângelo Paupério: — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Miguel Tiago pergunta-me se a Sonaecom disponibilizou uma versão *opensource* no âmbito deste programa. Confesso que não sei. Tenho de verificar. Admito que não. Mas confesso que não sei porque não tenho essa informação, que obviamente é fácil de obter.

Depois o Sr. Deputado pergunta-me quantos clientes deixaram de pagar ou quantas pessoas ficaram neste programa. Este programa é um

programa que está vivo, está a correr. Há períodos de fidelização dos clientes. Confesso que a informação que tenho, e que é o que seria de esperar, é a de que o número de clientes que no fim do período de fidelização abandona o programa é bastante significativo. Isso nota-se quer nos programas em que a fidelização é maior quer naqueles em que a fidelização é menor, porque há períodos de fidelização diferentes.

Repare, para se falar em significativo, no meu vocabulário quer dizer que é superior ao de situações idênticas. Outros programas em que haja períodos de fidelização mas que não sejam subsidiados nesta lógica.

Mas também confesso que é normal esperar que tal aconteça. Mas o que é certo é que em relação a muitos destes clientes, que no fim de um período de fidelização saem porventura recebe, grande parte da motivação se deve ao equipamento. Pode ter tido ou até podem ter tido outro tipo de acesso a banda larga por outros meios ou até não precisarem de ter banda larga móvel porque têm fixa, etc. Ou seja, há muitas razões que podem levar a isso e o que posso é constatar o que se passa e nesses programas é o que tem acontecido.

Em relação à última questão que levantou, a Sonaecom já tinha ofertas significativas nesta área antes. O nosso produto Kanguru foi lançado com computador. O produto Kanguru era produto banda larga e a lógica de associar o computador aconteceu com algumas iniciativas, mas sobretudo o que existia já era uma oferta estabelecida de banda larga para utilização com computador, que era o Kanguru. Não tenho conhecimento de apoios do Estado a qualquer destas nossas iniciativas antes. Tenho conhecimento deste programa e neste programa o Estado apoiou da forma que conhecem.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Eng.º Ângelo Paupério.

Quero agradecer-lhe a colaboração que deu a esta Comissão e lembro-me de memória (espero não ter esquecido nenhum outro ponto) que o Sr. Eng.º tinha manifestado disponibilidade para em momento posterior, por escrito, evidentemente, fazer chegar à Comissão três informações que foram solicitadas e relativamente às quais o Sr. Eng.º não tinha de momento a possibilidade de, com fidelidade, transmitir à Comissão o que se tinha passado.

Começando pela última, saber se a Sonae disponibilizou ou não computadores com programação *opensource* ao abrigo do programa e.escola. A segunda questão foi solicitada pelo Sr. Deputado Pedro Filipe Soares e tem a ver com a questão do momento da assinatura do acordo de princípios a 30 de Julho. A terceira informação solicitada prende-se com o número de subscrições de banda larga ao abrigo do e.escolinha, ou seja, quantos computadores através da Sonaecom do programa e.escolinha foram pedidos e quantos tiveram subscrições de banda larga.

Julgo que são estes os três pontos, segundo me recordo, relativamente aos quais agradeço que o Sr. Eng.º nos faça chegar às mãos a informação respectiva.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Peço desculpa, Sr. Presidente, mas há uma outra que pedi no início e que tinha a ver com a subscrição entre o Fundo e a Fundação, concretamente, saber as datas em que foi feita a subscrição dos 25 milhões de euros, no caso, que competem à Sonaecom, para o Fundo. A questão é a de saber se houve ou não houve ou se só foi no momento da Fundação, porque o Sr. Eng.º não se lembrava das datas.

O Sr. Presidente: — Muito bem. Se o Sr. Eng.º tiver então a amabilidade de nos fazer chegar por escrito estas informações à Comissão, ficaríamos muito gratos.

Quero agradecer a sua disponibilidade ao longo destas 3 horas e meia de audição. Muito obrigado pelas informações que nos trouxe e pela colaboração que nos deu.

*Eram 18 horas e 52 minutos.*